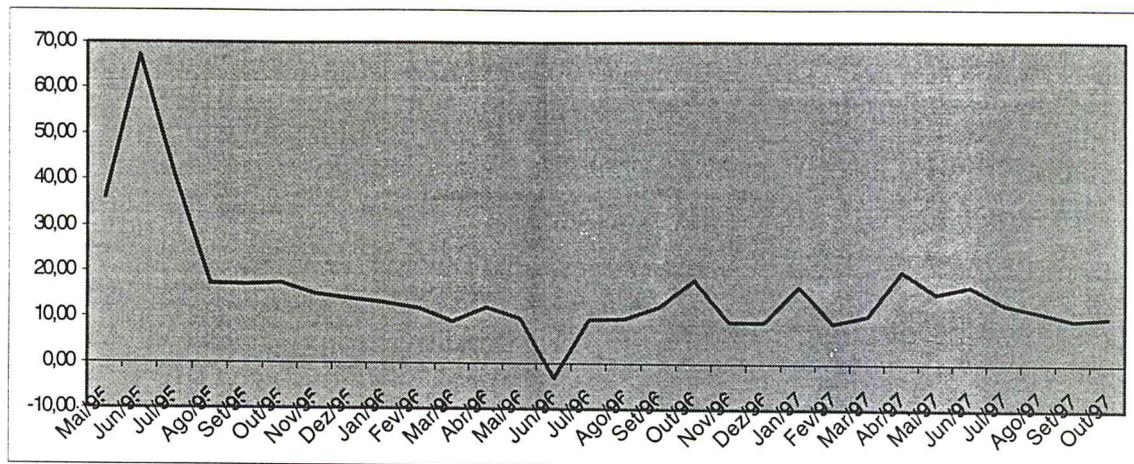


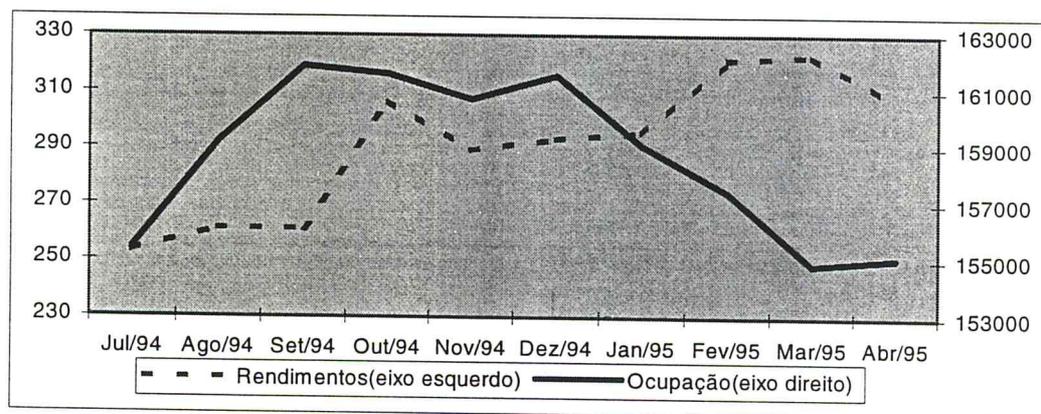
Figura 26: Crescimento nas vendas do comércio varejista de Salvador

Fonte: FECEB- SICM- SEI- CDL



Este movimento estabilizante das vendas do comércio não se refletiu diretamente na ocupação setorial, que apresenta uma ligeira tendência ascendente, como se pode ver na Figura 27. Diferentemente do que ocorreu em períodos anteriores, rendimentos médios e nível de ocupação apresentaram movimentos colineares, sugerindo uma maior importância para os elementos de demanda de trabalho nesta ocupação setorial.

Figura 27: Ocupados no comércio da RMS e seus rendimentos 1995-1997



Fonte: IBGE-PME

Mudanças na demanda de serviços educacionais e na oferta de vagas

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizou a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), entre 01 de outubro de 1995 e 30 de setembro de 1996, abrangendo diversas regiões metropolitanas do país, inclusive a de Salvador, onde foram pesquisados 1.488 domicílios. A estrutura desta POF foi a mesma da realizada em 1987/1988, permitindo a comparação entre estes períodos. A pesquisa considerou diversos tipos de despesas realizadas pela famílias (despesas de consumo, que incluem despesas com alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais, educação e despesas diversas, realizadas com práticas religiosas, jogos de azar e apostas, etc. Além das despesas correspondentes aos impostos pagos e contribuições trabalhistas, despesas com pensão alimentícia, justiça do trabalho, etc.).

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE, sobre as despesas familiares (POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares), houve mudanças que foram induzidas, após o Plano Real, pelo aumento do valor real do salário mínimo²⁷³ e pela redução considerável do imposto inflacionário, que aumentou o poder aquisitivo das famílias mais pobres²⁷⁴. Segundo esta pesquisa, as famílias da RMS, passaram a gastar mais com alimentação, no entanto as famílias que ganham até dois salários mínimos, reduziram seus gastos com alimentação, saúde, habitação e educação (neste caso, devido as novas exigências em termos de qualificação e habilidades, que fizeram as famílias gastarem mais com cursos de informática, de língua estrangeira e de aperfeiçoamento profissional), enquanto reduziram suas despesas com vestuário, lazer e fumo.

Um dos elementos mais importantes na mudança da composição do orçamento das famílias da RMS, refere-se às modificações nas despesas com educação

²⁷³ Neri, 1996.

²⁷⁴ Guimarães, pag. 2.

que praticamente dobraram em 1996, em relação a 1987, passando de 3,03% para 5,79% do orçamento familiar.

O aumento dos gastos familiares com despesas relacionadas com a educação ocorreu em todos os estratos de renda, ainda que, nos mais baixos, o aumento tenha sido menor, do que nos mais elevados. Enquanto os que ganham entre 20 e 30 salários e mais de 30 salários aumentaram seus gastos com educação em 134,0% e 137%, respectivamente, as famílias com menos de 2 salários mínimos elevaram seus gastos com educação de apenas 15,5%, como se pode ver na Tabela 35.

Tabela 35: Aumento das despesas com educação das famílias da RMS em 1996 com relação a 1987

Classe de recebimento total	1987	1996	Crescimento
Total	3,03	5,79	91,1%
Até 2	1,48	1,71	15,5%
Mais de 2 a 3	1,92	2,41	25,5%
Mais de 3 a 5	3,01	3,01	0,0%
Mais de 5 a 6	2,46	3,64	48,0%
Mais de 6 a 8	2,48	3,33	34,3%
Mais de 8 a 10	2,29	3,95	72,5%
Mais de 10 a 15	3,10	6,57	111,9%
Mais de 15 a 20	3,92	5,06	29,1%
Mais de 20 a 30	3,19	7,45	133,5%
Mais de 30	3,31	7,86	137,5%

Fonte: POF/IBGE

Como um indicador da busca de qualificação continuada, mesmo em cursos não regulares⁸, observa-se que os gastos familiares, com este tipo de despesa, também crescem para quase todos os estratos de renda. O crescimento concentrou-se mais nas faixas intermediárias (5-10 salários mínimos), onde o crescimento chegou a 1700,0% e nas faixas mais elevadas (mais de 20 salários mínimos), com um crescimento de até 708,3%, como é apresentado na Tabela 36.

⁸ Outros cursos incluem cursos de língua estrangeira, cursos de informática e cursos de aperfeiçoamento profissional.

Tabela 36: Crescimento das despesas com cursos regulares e outros cursos em 1996 em relação a 1987

Classe de recebimento mensal	Cursos regulares de 1º, 2º e 3º graus e pré-escolar	Outros cursos
Total	163,2%	243,3%
Até 2	105,8%	425,0%
Mais de 2 a 3	154,7%	412,5%
Mais de 3 a 5	97,1%	155,6%
Mais de 5 a 6	80,9%	1700,0%
Mais de 6 a 8	84,7%	1020,0%
Mais de 8 a 10	183,5%	722,2%
Mais de 10 a 15	327,9%	185,7%
Mais de 15 a 20	62,1%	143,3%
Mais de 20 a 30	111,1%	708,3%
Mais de 30	207,6%	246,0%

Fonte: POF/IBGE

Esta mudança na composição dos gastos familiares, reflete as modificações que se observaram no perfil de escolaridade dos ocupados nos anos 90, como se apresenta na seção seguinte.

AJUSTES DA OCUPAÇÃO NOS 90: ESTABILIDADE DE PREÇOS, AUMENTO DA ESCOLARIDADE E PERDA DE RENDIMENTOS

Pretende-se com esta seção investigar as transformações observadas entre os ocupados da região, refletindo tanto as alterações que impactaram sobre a demanda de trabalho, como as estratégias de preservação de qualificações e conhecimento acumulado com a experiência que se reflete em formas diferenciadas de estabilidade no emprego. Os ocupados representam os demandantes de trabalho que tiveram sucesso na busca e que resistiram aos movimentos expulsivos dos momentos de contração da atividade econômica. Os capítulos anteriores apontavam para uma maior fragilidade dos vínculos de trabalho, uma maior rotatividade na ocupação, uma redução do tempo de serviço médio e maior diferenciação dos rendimentos decorrente de maior dispersão das qualificações, como elementos explicativos da perda de influência da taxa de desemprego sobre a inflação e vice-versa.

Nesta seção, optou-se por uma abordagem que destacasse os elementos empíricos evidenciados através da comparação dos dados coletados em finais

da década de 80 (87/88) e em 96/98. Para tanto se utiliza da base da PED²⁷⁵ (Pesquisa de Emprego e Desemprego), que “produz informações sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho desta região, através de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho.”²⁷⁶

A PED é uma pesquisa de amostra de domicílios que nos dois períodos considerados investigou amostras distintas, porém representativas, do conjunto da Região Metropolitana de Salvador. Foram pesquisados 45.141 pessoas em 1987/88 e 32.755 pessoas em 1996/1998²⁷⁷ criando um banco de dados que permite uma série de abordagens sobre vários aspectos do mercado de trabalho, especialmente seus componentes estruturais. Apesar das amostras serem diferentes, o que acumula os erros amostrais, elas foram desenhadas como representativas do mesmo universo, em momentos distintos, quando foi aplicado o mesmo questionário para levantamento de informações. Isto possibilita algum grau de comparabilidade entre os resultados, que devem ser interpretados com as ressalvas convenientes para cuidar da expansão do erro amostral.

Para a investigação das mudanças no padrão ocupacional, com base nos dados daqueles que estavam ocupados em dois períodos distintos, há que se considerar as mudanças macroeconômicas ocorridas entre os dois períodos e já abordadas anteriormente, além do destaque para as evidências de transformações na própria configuração de ocupações. Neste sentido, buscou-se identificar como os diversos grupos ocupacionais que caracterizam os

²⁷⁵ A PED coleta informações mensalmente através de entrevistas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em 2.200 domicílios da Região Metropolitana de Salvador, resultando na aplicação de cerca de 7.000 questionários/mês. A PED/RMS é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia – SEI -, órgão da Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC e da Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETRAS, em parceria com o DIEESE, Fundação SEADE e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da Faculdade de Ciências Econômicas.

²⁷⁶ INFORME PED, 1998.

distintos mercados de trabalho da RMS reagiram à estas alterações em termos de qualificações, mensuradas indiretamente pela escolaridade, tempo de serviço e idade. Estas três variáveis, clássicos indicadores de acumulação de qualificações, foram investigadas em termos de suas relações com o nível de emprego e os níveis de rendimentos.

Para apresentar os resultados, esta seção se organiza em várias partes. A primeira trata das mudanças na composição da ocupação da RMS, comparando estas mudanças com as ocorridas nos rendimentos dos ocupados. A partir da segunda parte, a análise busca evidenciar os impactos dos atributos pessoais sobre os níveis de ocupação e rendimentos. A segunda destaca as diferenças de ocupação e rendimento entre homens e mulheres, buscando observar as alterações porventura manifestas na década que separa as duas amostras. Nas duas partes subsequentes, esta mesma análise, aborda as diferenças de cor, destacando negros e não negros, assim como a origem migratória. Na quarta parte, verificam-se as alterações ocorridas no nível de escolaridade dos ocupados.

A partir desta volta-se a análise para os atributos dos postos. Numa mesma parte são consideradas as diferenças de ocupação e rendimentos que podem ser atribuídas à posição do ocupado nas relações de trabalho e do tipo de emprego que este ocupa. Nas partes subsequentes, o foco da análise desloca-se para o tempo de serviço, o tamanho da empresa, o setor de atividade e a jornada de trabalho dos ocupados, nesta ordem.

Dinâmica da ocupação e rendimentos dos diversos grupos ocupacionais

Considerações Metodológicas

Os dados levantados nas duas pesquisas PED classificam as ocupações em 415 distintas categorias, que foram compatibilizadas com a Classificação

²⁷⁷ Para 1996/1998 os dados considerados foram coletados de outubro 1996 a agosto de 1998.

Brasileira de Ocupações (CBO-94) do Ministério do Trabalho. Esta classificação apresenta uma ordenação das várias categorias ocupacionais, tendo em vista a analogia dos conteúdos de trabalho e as condições exigidas para o seu desempenho²⁷⁸.

A CBO-94 agrega as diversas ocupações em três níveis, sendo que, o primeiro nível envolve sete grupos²⁷⁹ que reúnem as ocupações, considerando as características gerais das mesmas, mais do que tipos específicos de trabalho, tratando de amplas áreas de emprego sendo chamados de grandes grupos. Os códigos de ocupação da PED foram compatibilizados com os códigos da CBO a nível de ocupações desagregadas²⁸⁰ e foram recuperados como subgrupos e grandes grupos da CBO a partir daí.

²⁷⁸CBO, 1994, p.11.

²⁷⁹ Duas categorias foram classificadas separadamente (estagiários e guardas, oficiais e praças) totalizando nove grandes grupos em estudo no presente trabalho.

Os grupos da CBO são os seguintes:

1- Trabalhadores de profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados.

2- Membros dos poderes legislativo, executivo e judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados.

3- Trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados.

4- Trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados.

5- Trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene, embelezamento, segurança, auxiliares de saúde e trabalhadores assemelhados.

6- Trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados.

7- Trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados.

8- Guardas e oficiais e praças.

9- Estagiários .

²⁸⁰ Em Azevedo, maio de 1999 foram analisados também os sub-grupos ocupacionais.

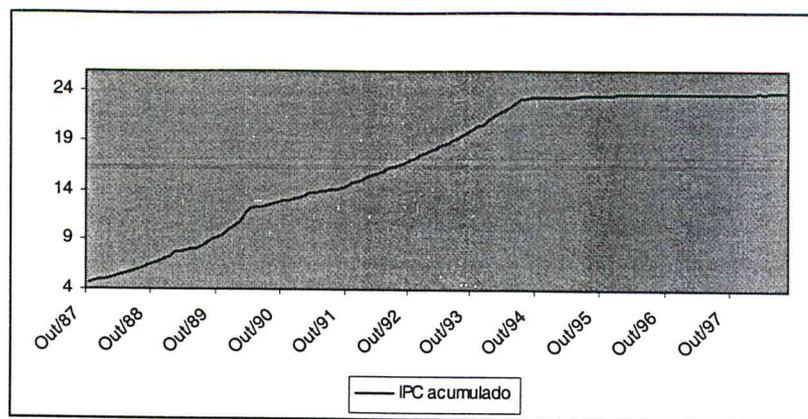
Deflacionamento das Variáveis Nominais

A pesquisa mensal levantou os níveis de rendimentos nominais dos ocupados nos dois períodos considerados. As características diferenciadas entre os dois períodos da pesquisa já foram descritas em outras partes deste trabalho. Os anos finais da década de 80 se caracterizaram, entre outras coisas, por altos índices inflacionários, em tendência crescente, enquanto os dados referentes ao final da década de 90 foram coletados em um ambiente de relativa estabilidade de preços. Para possibilitar comparações dos rendimentos reais adotou-se um procedimento padrão para deflacionamento das variáveis nominais, utilizando-se do Índice de Preços ao Consumidor, calculado pela SEI referente a Salvador.

O período em questão compreende cinco moedas distintas que são elas: Cruzado (até 15/01/89), Cruzado Novo (16/01/89 até 15/03/90), Cruzeiro (16/03/90 até 31/07/93), Cruzeiro Real (01/08/93 até 30/06/94) e o Real (a partir de 01/07/94). Foram calculados os valores nominais denominados em moedas distintas, uniformizados à escala do real.

A construção da série de deflatores levou em consideração estas mudanças de padrão monetário e captou o deslocamento dos patamares de inflação, como se observa na Figura 28 a seguir.

Figura 28 Evolução do Índice de Preços. Valores em logarítimos



Fonte: SEI

Os índices foram acumulados para permitir o deflacionamento dos valores nominais em termos de reais de agosto de 1998²⁸¹. A Figura 28 mostra claramente os patamares distintos do movimento dos preços nos períodos considerados.

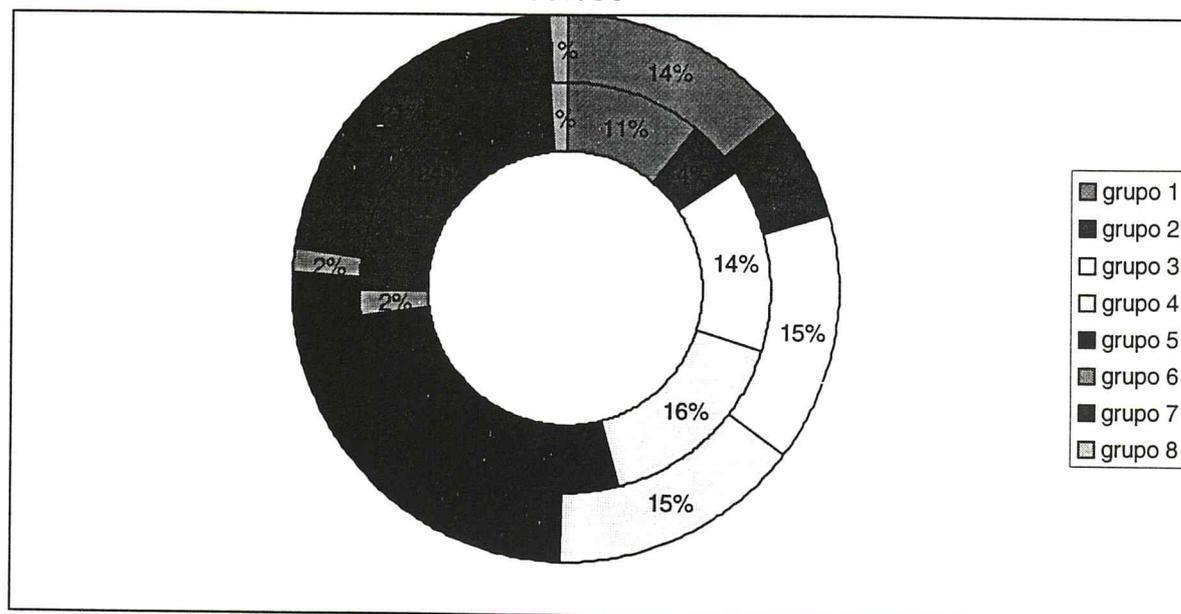
Grandes Grupos da CBO: Dispersão da renda diminui com queda dos maiores

A análise das mudanças que ocorreram nas ocupações entre os anos de 1987 e 1998 começa por uma investigação dos movimentos agregados dos Grandes Grupos da CBO, que permitiu uma visão geral dos principais movimentos levaram às transformações na posição relativa de cada grupo ocupacional e nas respostas diferenciadas que estes grupos deram em termos de flutuação de seus rendimentos. A Figura 29 indica o crescimento da participação dos grupos mais qualificados e ocupando posições no topo da hierarquia

²⁸¹ Nos cálculos foram utilizados o índice de preços acumulado no mês, o deflator, e o conversor padrão monetário atual com base em SEI, 1998.

produtiva²⁸², assim como a redução dos grupos ocupacionais ligados a atividades agrícolas e extrativas (Grupo 6) e os trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados (Grupo 7).

Figura 29 Distribuição dos Ocupados entre Grandes Grupos da CBO 1987/88 e 1997/98²⁸³



Fonte: Azevedo, maio, 1999. O círculo interno representa os dados de 1987/88

Deve-se ter cuidado na análise destes resultados, porque eles não necessariamente representam uma mudança no padrão de demanda destes tipos de ocupação, uma vez que podem estar refletindo as diferenciações da estabilidade e longevidade dos postos de trabalho em grupos ocupacionais mais estáveis. Esta mudança de posição relativa pode indicar que os ocupados

²⁸² Aumenta a participação das ocupações do Grupo 1 (Trabalhadores de profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados) e Grupo 2 (Membros dos poderes legislativo, executivo e judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados).

²⁸³ O círculo interno do gráfico representa os dados de 1987/88, enquanto o círculo externo simboliza os dados de 1997/98.

destes grupos conseguiram preservar mais seus postos de trabalho²⁸⁴ do que os dos outros grupos, onde a estabilidade das relações de trabalho é mais precária.

A Figura 29 mostra também que a maioria dos ocupados na RMS concentra-se nas ocupações dos grupos 5 (trabalhadores dos serviços do turismo, hospedagem, serventia, higiene, embelezamento, segurança auxiliares de saúde e trabalhadores assemelhados) e 7 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados). Estes dois grupos tiveram perdas tanto para ocupação, como para os rendimentos, como se vê na Tabela 37.

estabilidade

Destaque-se que houve uma redução dos rendimentos médios para o conjunto dos ocupados da RMS, na última década (de 24%), apesar de que o movimento não foi uniforme para todos os segmentos do mercado de trabalho. Os ocupados do grupo 5, por exemplo, apresentaram a menor queda de rendimento médio (-9%), enquanto os ocupados dos grupos de maior rendimento e que mais aumentaram sua participação relativa na ocupação (Grupos 1 e 2) tiveram perdas de rendimento relativamente maiores. Os indivíduos do grupo 2, que congrega principalmente os cargos de direção superior da administração pública, os diretores e gerentes das empresas e os empresários, aumentaram sua participação no mercado de trabalho passando de 4% para 7% da ocupação total, ao mesmo tempo em que seus rendimentos médios caíam de 32%, apesar de continuarem como os que possuem o maior rendimento médio nominal (R\$ 1.729,00) entre todos os ocupados.

²⁸⁴ Ver seção sobre tempo de serviço, onde se constata que para o Grupo 1 há um grande aumento do pessoal com mais de 10 anos de tempo de serviço, do mesmo modo que no grupo 7, o que exige melhor qualificação deste argumento.

Tabela 37 Variação da renda na RMS por grupos ocupacionais da CBO Em reais de agosto de 1998.

Grandes Grupos Ocupacionais da CBO	87/88 média de rendimento	96/97 média de rendimento	Variação
grupo 1	1.375,90	984,9	-28%
grupo 2	2.270,90	1.729,00	-32%
grupo 3	744,5	537,6	-28%
grupo 4	373,9	326	-13%
grupo 5	184,7	168	-9%
grupo 6	155,1	124,3	-20%
grupo 7	606,9	406,3	-33%
grupo 8	1.045,70	599,8	-43%
grupo 9	276,1	180,8	-35%
TOTAL	616,7	499,3	-24%

*amostra insuficiente para análise²⁸⁵

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

Em relação ao maior grupo ocupacional da RMS (grupo 5), destaque-se que a relativa estabilidade de sua participação no mercado total deveu-se ao crescimento do número de indivíduos ocupados como garçons, atendentes de bar e cozinheiros e ao trabalhador doméstico, compensando a redução das lavadeiras e passadeiras, serventes, faxineiros, porteiros de prédio e zeladores. Os dados da Tabela 38 mostram este fenômeno, sugerindo as mudanças que estão ocorrendo entre os subgrupos dos trabalhadores predominantemente ligados as atividades de serviços, que vêm crescendo nas áreas urbanas. A comparação das variações dos rendimentos médios com as mudanças relativas das parcelas de ocupação de cada subgrupo sugere que os baixos rendimentos não necessariamente garantem continuidade da ocupação, uma vez que aqueles que já tem um rendimento muito baixo e portanto não podem declinar muito, são os que mais perderam posição relativa. Por outro lado, observando-se os subgrupos²⁸⁶ de maior poder aquisitivo, e que tiveram as maiores perdas na década (os trabalhadores de proteção e vigilância e os trabalhadores de edifícios e limpeza) verifica-se que, para os primeiros, os

²⁸⁵ Consideramos como amostra significativa aquelas que apresentaram frequência superior a 150 casos.

²⁸⁶ Azevedo, maio, 1999.

níveis de ocupação relativa se mantiveram, enquanto para os outros, houve também uma substancial queda de sua posição entre os diversos grupos ocupacionais do Grande Grupo 5 da CBO. Os trabalhadores de serventia, que inclui os domésticos, tanto mantiveram sua participação relativa no mercado, como aumentaram seus rendimentos médios na década.

Dentro dos trabalhadores do grupo 7 percebe-se uma grande diversidade de ocupações, pois engloba desde os mestres, contramestres, supervisores de produção industrial e manutenção industrial, aos trabalhadores das minas, pedreiras, soldadores, metalúrgicos, siderúrgicos, trabalhadores de tratamento de madeira e da fabricação de papel e papelão, fiandeiros, tingidores e tecelões, podendo ser caracterizados como as ocupações mais voltadas à transformação industrial, houve uma grande retração do volume de ocupações, assim como uma perda relativa de rendimentos, pois o subgrupo reduziu seus rendimentos médios em proporção maior que os outros trabalhadores da RMS, apesar de continuarem como os que melhor ganham dentro dos grupos ocupacionais 5 e 7, como se vê na Tabela 38.

Entre os trabalhadores do grupo 1, destaca-se o crescimento da ocupação do subgrupo de professores, apesar de uma queda de 34% dos seus rendimentos médios. O grupo 8, que representa pouco mais de 1% das ocupações da RMS, perdeu posição relativa, provavelmente por causa da estagnação do crescimento das forças armadas e das polícias, na década, de forma que, como outros grupos cresceram, este perdeu parte de sua parcela no todo.

Tabela 38 Proporção dos ocupados nos subgrupos do grupo 5 e 7

Subgrupos ²⁸⁷	Rendimentos médios			Participação na Ocupação		
	8788	9697	Variação	8788	9697	Variação
5.3	252,5	217,4	-14%	2,8	5,2	86%
5.4	99,5	109,4	10%	8,7	9,5	9%
5.5	228,5	171,4	-25%	6,7	4,9	-27%
5.6	86,1	84,4	-2%	4,6	1,5	-67%
5.7	233,7	273,1	17%	1,5	1,2	-20%
5.8	414,6	286,7	-31%	2,5	2,4	-4%
5.9	*	*	*	*	*	*
7.0	990	639	-35%	1,2	0,6	-50%
7.7	365	301	-18%	0,6	0,7	17%
7.8	*	*	*	*	*	*
7.9	*	*	*	*	*	*

* amostra insuficiente para análise

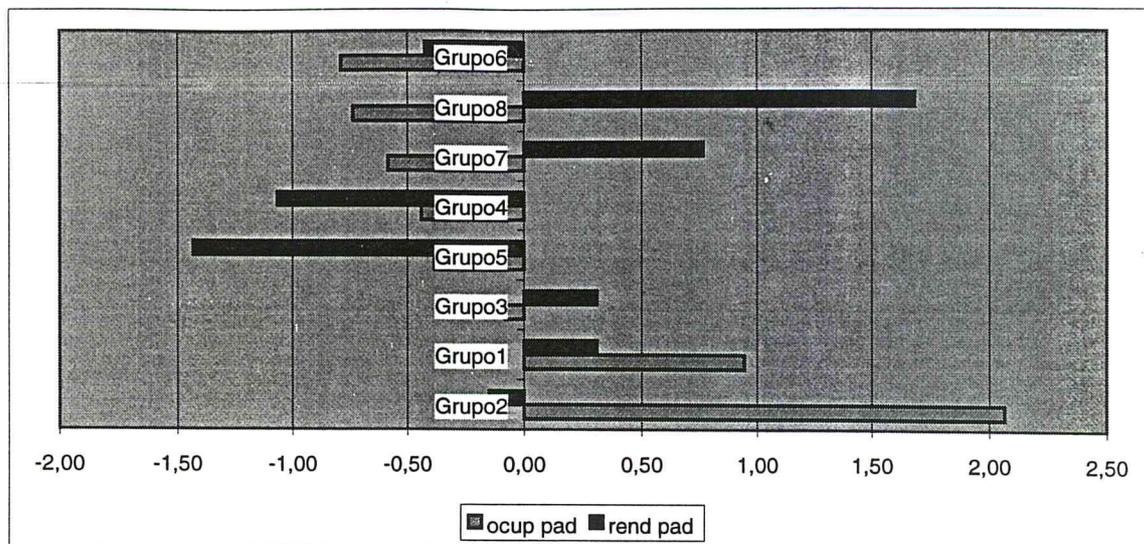
Fonte: PED-RMS. UFBa/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

Na Figura 30, a seguir estão representados os valores padronizados tanto da variação dos rendimentos médios, como da participação de cada grupo nos dois períodos considerados. Os valores foram normalizados, em torno de suas médias, para ressaltar os movimentos relativos.

O valor padronizado permite a comparação de distribuições distintas pois representa uma medida de posicionamento relativo à média de cada distribuição separadamente, independente das escalas e na hipótese de que a variância dos valores das duas distribuições é igual a um.

²⁸⁷ Definição dos subgrupos.

Figura 30 Valores padronizados da taxa de participação da ocupação e da renda dos ocupados na RMS



Fonte: PED-RMS. UFBa/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

Na figura acima as barras à direita do eixo representam os grupos que aumentaram a sua participação na ocupação mais que a média das variações e os que mais perderam rendimentos médios. Como todos os rendimentos declinaram entre 1987/88 e 1997/98 e para realçar os que menos perderam, adotou-se o valor em módulo, portanto representando, no lado direito os grupos que mais perderam rendimentos e, na esquerda, os que tiveram seus rendimentos mais protegidos.

Os ajustes dos mercados de trabalho a choques externos podem ser quantitativos, no nível de ocupação, ou nominais, refletindo sobre os níveis de rendimentos. Em geral, quanto mais flexibilidade existe para o ajuste, mais impacto se encontra nos rendimentos, e menos efeitos são observados sobre a ocupação. Do ponto de vista dos empregadores, a elevação dos pagamentos ao trabalho são compensados por redução do nível de emprego, hipotetizando-se uma relação inversa entre níveis de rendimento e ocupação. Espera-se uma relação inversa entre o crescimento do emprego e dos rendimentos para os ocupados pelo lado do custo, a não ser que o efeito renda provocado pela expansão da demanda de produtos faça crescer o mercado, superando o aumento do custo conduzindo a maior emprego, apesar da elevação do rendimento dos trabalhadores.

Não há uma clara associação entre movimentos relativos da ocupação e rendimentos. Os grupos de ocupados que aumentaram sua participação no mercado (os grupos 1 e 2) tiveram seus rendimentos reduzidos mais (grupo 2) e menos (grupo 1) do que a média. Já os grupos que mais perderam posição relativa no mercado (grupos 6, 7 e 8) também apresentaram os dois comportamentos na variação relativa de seus rendimentos. Esta não-associação parece estar mais ligada à posição na ocupação, onde as relações de trabalho não assalariadas formais conseguiram resistir mais à tendência de queda de rendimentos. Os trabalhadores de comércio e assemelhados (grupo 4) e de serviços de higiene e turismo (grupo 5) tiveram movimentos relativos de sua ocupação menor que a média das variações da ocupação, e seus rendimentos também se reduziram relativamente menos do que no conjunto dos ocupados, sugerindo que, mesmo com o aumento relativo do seu custo, estes trabalhadores passaram a representar uma fração maior da ocupação total da RMS entre os dois períodos considerados.

À guisa de conclusões, pode-se afirmar que os anos 90 provocaram uma mudança na distribuição dos trabalhadores entre os grupos ocupacionais, aumentando relativamente os inseridos em posições hierárquicas superiores e os empresários, ao mesmo tempo em que se reduziam os postos dos diretamente ligados à produção, especialmente à indústria de transformação. Os trabalhadores de níveis intermediários no comércio e nos serviços, conseguiram manter a sua posição relativa no mercado de trabalho, tanto no que se refere à proporção das ocupações, como nos seus níveis de rendimentos médios. Todos os trabalhadores perderam rendimentos, na passagem de uma situação de descontrole inflacionário para a estabilidade pós Plano Real. Esta queda foi maior para os grupos ocupacionais que ganhavam mais e que tinham suas formas de rendimentos mais estabilizadas, enquanto os que estavam na base da pirâmide da distribuição de ganhos e os que tinham formas mais flexíveis de remuneração perderam menos no período.

grupo 2:
funcionários
públicos!

estrutural
??



Qual -
aplicação?
Porque houve
uma mudança
e estrutural!

A participação das mulheres na ocupação

Entre os que menos perderam estão as mulheres, que não somente aumentaram sua participação no mercado de trabalho, como apresentaram perdas de rendimentos médios, a taxas que corresponderam a um terço das taxas de perdas dos homens, como se constata na Tabela 39.

Os dados revelam uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, aumentando sua participação em praticamente todos os grupos, com exceção do grupo 5. No entanto, este aumento de participação é mais evidente entre os trabalhadores nas ocupações que perdem relativamente posição, como as relacionadas com a produção da transformação industrial (grupo7), porém elas também aumentam sua presença no grupo ocupacional 2, que congrega os dirigentes do estado e das empresas. A participação das mulheres na ocupação aumenta, tanto nos grupos ocupacionais em expansão, como naqueles declinantes. Nestes últimos, a expansão da participação feminina é extraordinária, coincidindo com a maior perda de rendimentos médios. Nos outros grupos ocupacionais, a participação da mulher foi relativamente estável no período considerado pelas duas pesquisas.

Comparando-se este aumento da participação das mulheres nas ocupações do grupo 7, com os dados referentes aos rendimentos médios, pode-se afirmar que as mulheres estão assumindo postos com rendimentos relativamente menores.

Tabela 39 Participação das mulheres na ocupação e rendimentos por sexo

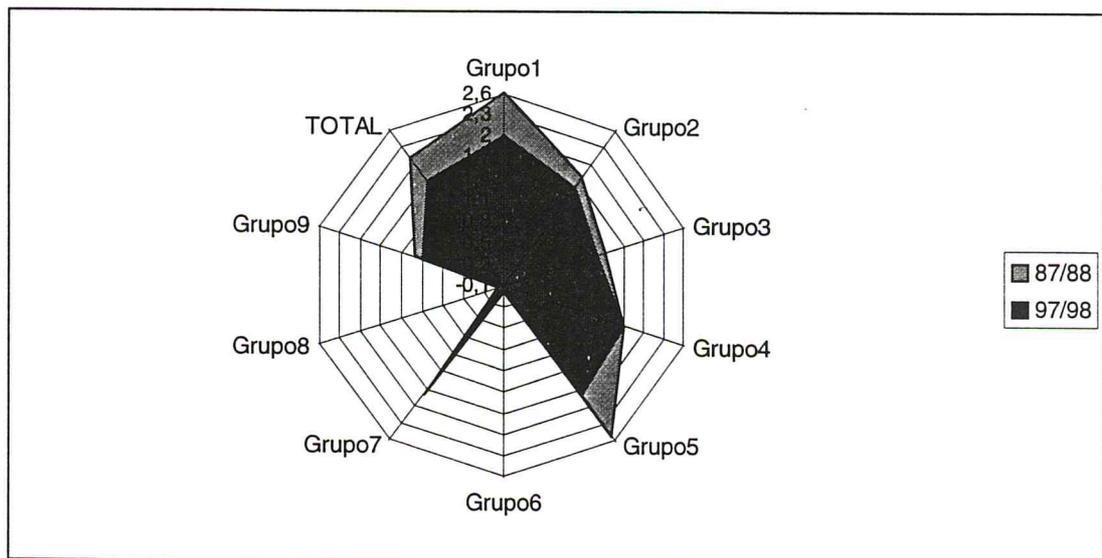
GGCBO	Participação das mulheres dentro do grupo			Variação dos Rendimentos 96/97 - 87/88	
	87-88	96-97	Variação	Masculina	Feminina
Grupo 1	59	60,9	3%	-33%	-16%
Grupo 2	23,7	32,6	38%	-22%	-10%
Grupo 3	51	52,2	2%	-30%	-24%
Grupo 4	43,2	46,5	8%	-10%	-13%
Grupo 5	69,6	69	-1%	-23%	5%
Grupo 6	*	*	*	*	*
Grupo 7	5,4	11,5	113%	-33%	-57%
Grupo 8	*	*	*	*	*
Grupo 9	*	*	*	-35%	-33%
TOTAL	23,8%	20%	-19%	-21%	-7%

*amostra insuficiente para análise

Fonte: PED-RMS. UFBa/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999.

As mulheres continuam predominando claramente nas ocupações relativas a serviços (grupo 5). Dentro deste grupo, observa-se²⁸⁸ a queda relativa da participação feminina nos trabalhadores de limpeza e lavadeiras e passadeiras, onde as mulheres que permaneceram ocupadas tiveram aumentos de rendimentos reais. No subgrupo de cozinheiros, garçons e barmen, a participação feminina apresentou o maior crescimento, sendo que este subgrupo foi o que teve o maior aumento dentro do grupo 5.

Figura 31 Razão Rendimentos médios homens e mulheres



Os dados da Tabela 39 permitem que se afirme que as diferenças entre rendimentos de homens e mulheres têm se reduzido nesta década, com exceção dos trabalhadores da transformação industrial (grupo 7) onde aumentam estas diferenças. Estes dados estão reproduzidos na Figura 31, onde se pode observar que a razão entre os rendimentos médios e homens de todos os grupos em 1997/98 é menor do que a mesma razão no final de década de 80. As maiores quedas relativas ocorreram no grupo de ocupações técnicas e científicas (grupo 1) e nos trabalhadores das áreas de serviços (grupo 5).

Duas grandes conclusões podem ser tiradas da análise destes dados: as mulheres estão mais ocupadas e seus rendimentos estão mais próximos dos homens. Elas parecem estar substituindo os homens em ocupações mais precárias e de menor rendimento, porém, como o rendimento dos homens está caindo mais aceleradamente do que os ganhos femininos, a diferença entre os dois tende a se reduzir.

Pouca mudança na participação dos negros e dos migrantes na ocupação

Enquanto os dados indicam o avanço da participação das mulheres no mercado de trabalho, o mesmo não pode ser dito em relação aos negros na RMS. Os números da PED mostram que a participação dos negros nos diversos grupos ocupacionais, praticamente não se alterou nos últimos dez anos. Apesar dos rendimentos dos negros ter se reduzido menos do que os não negros, a diferença é muito menor do que entre homens e mulheres.

Em relação aos grupos que mais cresceram a participação relativa no mercado de trabalho (os grupos 1 e 2), particularmente em relação aos empresários e dirigentes que constituem o grupo 2, houve uma pequena redução da participação dos negros, que já era muito inferior à sua participação na

²⁸⁸ Azevedo, maio de 1999.

ocupação total da RMS. Esta queda foi mais acentuada subgrupo dos empresários do comércio.

Na análise dos rendimentos verifica-se que os negros perderam menos que os não negros para todos os grupos e que as perdas nos rendimentos dos negros situam-se abaixo das perdas verificadas para os grupos quando analisados em sua totalidade. A menor queda nos rendimentos foi observada para o grupo 5, sendo que, os principais responsáveis foram os trabalhadores de serviços de higiene e embelezamento e trabalhadores assemelhados²⁸⁹ e trabalhadores de serventia, entre os quais os domésticos.

Outro fator a ser observado é que a retirada dos negros da ocupação acompanha o movimento da ocupação como um todo, ou seja, aqueles grupos que apresentam retração da participação na ocupação, também apresentam retração na participação total de negros na ocupação.

Também em relação ao status migratório dos ocupados, não parece haver grande mudança na década de 90. Os dados da Tabela 40 mostram que houve uma pequena variação da proporção de migrantes²⁹⁰, porém sugerem que reduz-se a participação dos migrantes nos grupos ocupacionais que crescem no mercado (grupos 1 e 2), ampliando mais esta presença entre os grupos com parcelas estabilizadas da ocupação (grupos 4 e 5), assim como também aumenta a participação nos grupos declinantes. Também não foram observadas mudanças substanciais nos rendimentos para o conjuntos dos migrantes e não migrantes, que apresentaram perdas semelhantes.

²⁸⁹ Azevedo, maio 1999.

²⁹⁰ Definidos como aqueles que moram há menos de três anos na RMS.

Tabela 40 Proporção e variação dos migrantes na ocupação

GGCBO	Proporção de migrantes dentro do grupo		Varição de migrantes dentro do grupo	Varição dos rendimentos segundo origem	
	87	97	Varição	migrante	ñ migrante
grupo 1	46,9	46,1	-2%	-29%	-27%
grupo 2	61,6	60,4	-2%	-25%	-20%
grupo 3	39,8	41,8	5%	-28%	-27%
grupo 4	47,5	50	5%	-12%	-15%
grupo 5	54,9	57	4%	-7%	-12%
grupo 6	*	*	*	*	*
grupo 7	47,4	48,6	3%	-31%	-35%
grupo 8	34,3	35,3	3%	*	*
grupo 9	*	34,5	*	*	*
TOTAL	27,1%	21,6%	-25%	-20%	-19%

*amostra insuficiente para análise. Fonte: PED-RMS. UFBa/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

Para os trabalhadores dos serviços administrativos, que constituem o grupo 3 que apresentou a maior variação relativa da ocupação de migrantes, destacam-se os assistentes administrativos, enquanto no grupo 4, que congrega os trabalhadores do comércio, os migrantes trabalham como vendedores.

Tanto para migrantes como para não-migrantes as perdas nos rendimentos foram praticamente as mesmas, girando em torno dos 20%, entretanto, no grupo 2 a perda dos migrantes foi 5% superior à dos não-migrantes. Entre os migrantes destacam-se os grupos 4 e 5 que registraram pequenas perdas (12% e 7% respectivamente), sendo que, no grupo 5 os não-migrantes tiveram seus rendimentos retraídos 5% à mais que os migrantes.

Instrução dos ocupados

Na década analisada houve uma melhoria do nível de escolaridade dos ocupados da RMS. A proporção de ocupados sem escolaridade ou com apenas primeiro grau foi reduzida para todos os grupos. Conforme os dados da Tabela 41, em 1988, 74% das pessoas ocupadas só tinham até o primeiro grau, já em 1997 este percentual caiu para 60,6%. A proporção de ocupados com segundo grau aumentou, assim como a de ocupados com terceiro grau, sendo que esta última aumentou proporcionalmente mais que a primeira,

refletindo uma maior exigência do mercado de trabalho quanto a qualificação profissional.

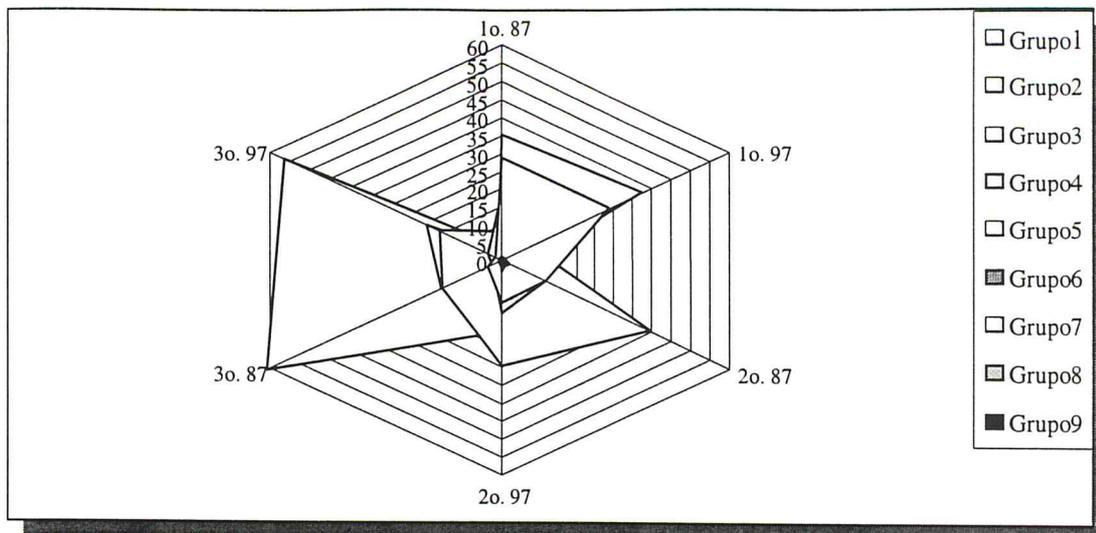
Tabela 41 Proporção dos ocupados por grau de instrução em relação a cada grupo

GGCBO	Até 1o grau		2o grau		3o grau	
	87/88	96/97	87/88	96/97	87/88	96/97
Grupo1	3,7	3,0	22,0	19,9	60,7	56,5
Grupo2	2,4	2,5	8,0	10,7	16,1	19,8
Grupo3	7,9	7,6	39,1	29,4	15,7	16,2
Grupo4	18,4	16,5	11,5	14,9	2,7	3,8
Grupo5	35,2	37,6	4,2	7,8	0,3	0,8
Grupo6	2,4	2,4	0,0	0,1	0,1	0,1
Grupo7	28,8	28,9	11,6	11,9	3,7	1,7
Grupo8	1,1	0,7	2,3	2,1	0,7	0,6
Grupo9	0,2	0,9	1,3	3,2	0,0	0,5
Total	74,1	60,6	20,4	29,5	5,5	9,8

Fonte: PED-RMS. UFBa/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

A Figura 32 ressalta as diferenças na escolaridade dos diversos grupos ocupacionais, como uma grande concentração do terceiro grau nos grupos 1 e 2, os grupos 5 e 7 têm mais indivíduos com o primeiro grau, enquanto o grupo 3 concentra o pessoal com o segundo grau completo. A Figura 32 permite também que se visualize como foi a mudança percebida pelas duas pesquisas. Aumenta a participação dos ocupados com curso universitário completo nos grupos 2 e 3, reduzindo-se esta participação no grupo 1. Cai a participação do primeiro grau nos grupos 5 e 7, assim como se reduz a proporção de segundo grau entre os ocupados do grupo 3. Nos grupos 4 e 5 a proporção de trabalhadores com segundo grau aumentou significativamente, conforme podemos ver na Tabela 41.

Figura 32 Mudanças no perfil de escolaridade dos grupos ocupacionais



Por outro lado percebe-se que as perdas nos rendimentos foram maiores para os mais escolarizados. Dos ocupados com 1º grau, o grupo 5 registrou a menor perda dos rendimentos (12%).

Tabela 42 Variação dos ocupados e dos rendimentos segundo o grau de instrução

GGCBO	Variação de ocupados			Variação nos rendimentos		
	Até 1º grau	2º grau	3º grau	1º Grau	2º Grau	3º Grau
grupo 1	-48%	4%	33%	-35%	-35%	-40%
grupo 2	-45%	26%	41%	-25%	-32%	82%
grupo 3	-22%	9%	78%	-37%	-30%	-41%
grupo 4	-20%	*	*	-25%	-37%	*
grupo 5	-6%	*	*	-12%	-39%	*
grupo 6	-2%	*	*	-36%	*	*
grupo 7	-7%	65%	*	-56%	-43%	*
grupo 8	-39%	57%	*	*	-55%	*
grupo 9	15%	-10%	*	-58%	-21%	*
TOTAL	-57%	11%	28%	-31%	-35%	-38%

*amostra insuficiente para análise

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

Os dados da Tabela 42 mostram que há uma clara concentração de pessoal com maior escolaridade nas ocupações dos grupos 1, 2 e 3 que apresentaram perdas de rendimentos bastante próxima. Estas ocupações demandam pessoas com certo grau de especialização o que inclui as pessoas com 2º ou 3º grau. Observa-se também na Tabela 42 que apesar dos salários serem diferenciados, a dispersão não aumentou muito, pois os diversos níveis de

escolaridade tiveram seus rendimento total médio modificando-se a taxas relativamente próximas, com quedas entre -31% e - 38%.

Idade

A análise da ocupação, segundo a idade dos indivíduos mostra há uma grande redução na participação das crianças no mercado de trabalho da RMS, conforme se pode ver na Tabela 43, especialmente nas ocupações dos serviços (Grupo 5). As crianças no entanto aumentaram sua participação entre as ocupações diretamente ligadas a transformação industrial e transportes (grupo 7). Essas crianças por receberem salários inferiores (perda total dos rendimentos em 65%) em relação as outras faixas etárias, são inseridas em trabalhos muitas vezes precários sem nenhuma assistência social, ou amparo legal.

Os adolescentes e os jovens também reduziram sua participação entre os ocupados (-4,4% e -15,0% respectivamente). Para todos os grupos, os adolescentes e jovens tiveram perdas de postos de trabalho, sendo que as maiores perdas se concentraram nos grupos de profissionais técnicos e científicos, para os jovens (- 47%) e nas ocupações de apoio administrativo (grupo 3). Estas mudanças do perfil etário refletem muito mais o alongamento do tempo de serviço dos que permaneceram ocupados nestes grupos, do que modificações do perfil de admissões.

Os dados parecem confirmar a tendência de maiores dificuldades de inserção dos indivíduos mais jovens, sem experiência do trabalho, uma vez que, para todos os grupos ocupacionais, observa-se um aumento da parcela de trabalhadores na faixa etária de 25 a 55 anos. Para os acima deste idade, o aumento da sua participação no grupo 1 (ocupações de nível universitário) e grupo 3 (apoio administrativo) reflete muito mais a estagnação dos processos admissionais que fazem com que o estoque dos que se mantém ocupado envelheça.

Tabela 43 Variação na ocupação por faixa etária

GGCBO	Crianças (10 a 14)		Adolescentes (15-17)		Jovens (18-24)		Adultos (25-55)		Idosos (mais de 55)	
	9698	Δ	9698	Δ	9698	Δ	9698	Δ	9698	Δ
Grupo 1	*	*	*	*	12,3	-47%	80,4	7%	6,2	24%
Grupo 2	*	*	*	*	*	*	83,5	3%	10,8	4%
Grupo 3	*	*	*	*	22,8	-36%	70,3	10%	3,4	18%
Grupo 4	5,1%	-92%	6,1	-26%	21,8	3%	60,2	10%	6,8	-9%
Grupo 5	2,2	-73%	6,5	-23%	23,4	-4%	62,7	8%	5,1	-22%
Grupo 6	*	*	*	*	*	*	53,5	10%	*	*
Grupo 7	2,3	9%	4,3	0%	17,6	-18%	70,7	3%	5,1	16%
Grupo 8	*	*	*	*	*	*	76,5	10%	*	*
Grupo 9	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
TOTAL	2	-70%	5,2	-4,40%	19,8	-15%	68,2	7%	5,6	2%

*amostra insuficiente para análise

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

A Tabela 44 abaixo mostra que as crianças que permaneceram ocupadas, proporcionalmente menos do que antes, foram as que mais sentiram os efeitos da retração nos níveis de rendimentos, especialmente entre aquelas que mantiveram ocupações comerciais (grupo 4). Os idosos foram os que menos sentiram os efeitos da retração salarial com uma perda que girou em torno dos 27%, destacando-se os trabalhadores do comércio com uma queda em 19% e os trabalhadores diretamente ligados à produção industrial (grupo 7) com 56%. Para os adultos o nível de salário caiu mais para guardas, oficiais e praças com uma taxa de 67%.

Tabela 44 Variação dos rendimentos segundo a idade

GGCBO	Crianças	Adolescentes	Jovens	Adultos	Idosos
Grupo 1	*	*	-55%	-60%	-51%
Grupo 2	*	*	*	-55%	-37%
Grupo 3	*	*	-60%	-54%	*
Grupo 4	-70%	-57%	-57%	-51%	-19%
Grupo 5	-45%	-40%	-56%	-45%	-33%
Grupo 6	*	*	*	-52%	*
Grupo 7	-65%	-65%	-64%	-59%	-56%
Grupo 8	*	*	*	-67%	*
TOTAL	-61%	-51%	-59%	-52%	-27%

*amostra insuficiente para análise

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999.

Posição na ocupação e Tipo de emprego

Os dados parecem confirmar a des-regulamentação efetiva que ocorreu no mercado de trabalho da RMS na década de 90, com a redução dos postos de trabalho com carteira assinada (-10% de acordo com a Tabela 15 e aumento da proporção de assalariados sem carteira assinada (49%). Diferente de outras regiões metropolitanas, na RMS não se observa o crescimento das ocupações de autônomos, ao mesmo tempo em que cresce proporcionalmente mais o número de empregadores.

Apesar desta tendência geral, no que se refere aos trabalhadores do comércio (grupo 4) verifica-se um aumento da proporção de ocupados com carteira assinada, assim como entre os trabalhadores do grupo 8 (guardas e oficiais).

No comércio também, os dados parecem sugerir que aumentou a proporção de pessoas trabalhando em empresas privadas e como autônomos, porém trabalhando com capital de terceiros. Há também sinais de que houve um aumento do trabalho familiar, especialmente nas ocupações do grupo 4, o que sugere a intensificação da produção no âmbito familiar, com a incorporação de mais membros da família na atividade produtiva, em funções basicamente comerciais.

Entre os que mais desregulamentaram suas relações de trabalho encontram-se os ocupados diretamente na transformação industrial (grupo 7), entre os quais

cresceu significativamente os postos sem carteira e conta- própria,- e os ocupados em serviços (grupo 5), onde o crescimento foi basicamente das relações assalariadas sem carteira, uma vez que a atividade dos autônomos também diminuiu no período considerado. Observa-se também uma grande incremento na proporção de assalariados sem carteira, entre as ocupações de apoio administrativo (grupo 3).

Tabela 45 Variação da ocupação segundo a posição na ocupação

	GGCBO	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 8	Grupo 9	Tot
ass c/carteira	87/88	72,7	34	92,2	20,1	35	6,6	58,4	86,2	55,8	50
	96/97	65,8	33,2	85	23,9	28,2	9,9	42,5	95,8	70,3	45
	Δ%	-9%	-2%	-8%	19%	-19%	50%	-27%	11%	26%	-10%
ass s/ carteira	87/88	6,5	2,2	6	9,3	6	-	8,9	-	42,2	7
	96/97	7,6	4,2	11,4	11,4	8,6	-	15,4	-	27,5	10
	Δ%	17%	91%	90%	23%	43%	*	73%	*	-35%	49%
autônomo	87/88	16,2	14,1	-	55,8	20,3	82,6	30,5	-	-	25
	96/97	17,1	9	-	54,1	16,3	65,2	38,2	-	-	24
	Δ%	6%	-36%	*	-3%	-20%	-21%	25%	-	*	-5%
Doméstico	87/88	-	-	-	-	37,2	2,2	0,3	-	-	10
	96/97	-	-	-	-	43	2,9	0,6	-	-	1
	Δ%	*	*	*	*	-13%	-24%	-50%	*	*	-8%
Familiar	87/88	0,3	0,6	0,6	10,9	-	6,6	0,9	-	0,6	2
	96/97	0,4	1	0,8	6,9	-	8,5	1,2	-	-	2
	Δ%	33%	67%	33%	-37%	*	24%	33%	*	*	-16%

*amostra insuficiente para análise

Fonte: PED-RMS. UFBa/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

O comportamento dos rendimentos médios, apresentado na Tabela 16, confirma as hipóteses de que houve uma grande perda dos níveis de remuneração dos assalariados com inserção mais regulamentada no mercado, de forma bastante diferenciada daqueles que se inseriam de forma menos formal. Enquanto os rendimentos dos assalariados com carteira apresentaram perdas de um quarto dos rendimentos de 10 anos antes, os assalariados sem carteira e os autônomos tiveram perdas entre 1% e 2%.

Tabela 46 Variação dos rendimentos segundo a posição na ocupação

GGCBO	Variação dos rendimentos dos assalariados c/carteira	Variação dos rendimentos dos assalariados s/carteira	Variação dos rendimentos dos autônomos
Grupo1	-34%	-41%	7%
Grupo2	-30%	*	13%
Grupo3	-25%	-25%	*
Grupo4	-32%	3%	12%
Grupo5	-22%	-30%	-35%
Grupo6	*	*	19%
Grupo7	-31%	-12%	*
Grupo8	-48%	*	*
Total	-25%	-2%	-1%

*amostra insuficiente para análise

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

Os trabalhadores dos serviços (grupo 5) tiveram seus rendimentos comprimidos abaixo da perda média para os trabalhadores com carteira. Já os autônomos só perderam 1% nos seus rendimentos médios, isso graças ao crescimento verificado nos níveis salariais dos grupos 6, 2, 4 e 1. Os assalariados sem carteira tiveram seus rendimentos retraídos em 2%, entretanto, o grupo 4, de trabalhadores no comércio, registrou crescimento positivo de 3%.

A situação ocupacional é classificada nas pesquisas realizadas de forma diferenciada se as relações de trabalho são de empregados ou outras. Para dar uma noção mais geral dos diversos tipos de ocupação existentes foram construídas algumas categorias gerais que permitem comparar os tipos de ocupação dos vários grandes grupos da CBO. Foram construídas as categorias dos trabalhadores que ganham exclusivamente por produção, os funcionários públicos, os empregados de empresas privadas, empregados de instituições públicas, os autônomos com capital próprio, os autônomo com capital de outros e os empregadores²⁹¹.

²⁹¹ Azevedo, maio, 1999,

De acordo com estas categorias houve uma grande aumento dos funcionários públicos entre os ocupados, refletindo o maior grau de estabilidade que estes trabalhadores dispõem, nos processos de ajustes às flutuações econômicas. Por outro lado, a grande queda na parcela dos ocupados em instituições públicas pode indicar que houve uma certa modificação nos critérios de captação das informações, além do que algumas das instituições públicas, como Coelba, Telebahia e Copene foram privatizadas no período. Os dados da Tabela 47 servem também para destacar a expansão da atividade de micro e pequenos empresários, com o grande crescimento dos empregadores entre os ocupados da RMS. No grupo 1, os maiores aumentos foram da proporção de funcionários públicos (119%), seguido da proporção de empregadores(98%). No grupo 5 houve queda em praticamente todos os tipos de emprego. Já no grupo 7 observamos o aumento apenas na proporção de autônomos com capital próprio.

Tabela 47 Variação da proporção de ocupados em cada grupo por tipo de emprego em relação a cada grupo

	grupos	Grupo1	Grupo2	Grupo3	Grupo4	Grupo5	Grupo6	Grupo7	Grupo8	Tota
Ganha exclusiv p/ produc	87/88	4,0	0,8	2,5	35,5	16,0	2,5	38,8	-	1,0
	96/97	10,7	0,6	2,7	37,4	16,2	0,6	31,6	-	1,0
	Δ%	23%	-25%	11%	5%	1%	-76%	-19%	*	-21%
funcionário público	87/88	34,0	3,7	25,7	0,5	7,1	-	7,3	21,8	3,0
	96/97	41,7	5,3	28,6	0,4	7,2	-	4,9	11,9	7,0
	Δ%	23%	43%	11%	-20	1%	*	-33	-45%	123%
empresa privada	87/88	9,2	2,5	22,5	11,7	20,4	-	33,1	-	39,0
	96/97	11,9	4,0	23,2	12,8	19,0	-	27,4	-	39,0
	Δ%	29%	60%	3%	9%	-7%	*	-17%	*	1%
instituição pública	87/88	25,7	2,9	29,4	-	18,2	0,3	17,8	3,8	14,0
	96/97	24,4	5,4	29,8	-	13,1	0,1	10,7	2,0	8,0
	Δ%	-5%	86%	1%	*	-28%	-67	-40%	-47	-41%
Autônomo c/ capital próprio	87/88	7,3	3,1	-	37,6	21,6	4,7	25,5	-	18,0
	96/97	9,0	3,1	-	32,6	17,4	4,5	32,6	-	18,0
	Δ%	17%	32%	*	2%	4%	20%	5%	*	-1%
Autônomo c/ capital de outro	87/88	6,0	0,3	-	24,5	21,2	11,5	35,3	-	5,0
	96/97	10,2	0,2	-	32,4	14,3	2,8	37,1	-	4,0
	Δ%	70%	-33%	*	32%	-33%	-76%	0,1	*	-16%
empregador	87/88	13,3	60,9	-	16,9	-	-	6,1	-	3,0
	96/97	18,3	57,1	-	8,8	-	-	6,9	-	6,0
	Δ%	38%	-6%	*	-48%	*	*	13%	*	79%

*amostra insuficiente para análise

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

Observa-se que na crescente atividade de micro empresários há uma redução da participação nas ocupações relacionadas com o comércio (grupo 4) e um aumento das ocupações de nível universitário, sugerindo modificações dos padrões de inserção destes grupos de trabalhadores que, apesar de continuarem predominantemente ocupando postos mais estáveis, também começam a assumir atividades mais empresariais.

Para a análise dos rendimentos, segundo o tipo de local de trabalho, observa-se que apenas os trabalhadores autônomos com capital de terceiros tiveram ganhos de rendimentos médios, sendo que esta situação foi viabilizada pelo bom desempenho do grupo 5 (Tabela 48). Para estes trabalhadores, a posição de autônomo com capital próprio também conseguiu resistir às perdas de rendimentos da década, apresentando um ganho médio de 60% em relação à média de 1987/1988. Os trabalhadores domésticos e trabalhadores autônomos

com capital próprio registraram perdas moderadas se comparadas com os demais setores.

Tabela 48 Crescimento médio dos rendimentos pelo tipo de emprego nos grandes grupos

GGCBO	Ganha exclusivamente por produção	Funcionário Público	Empresa privada	Instituição pública	Autônomo c/ capital próprio	Autônomo c/ capital de outro
Grupo1	*	-41%	-30%	-34%	0%	*
Grupo2	*	*	-29%	*	*	*
Grupo3	*	-39%	-27%	-22%	*	*
Grupo4	-35%	*	-28%	*	-8%	-15%
Grupo5	*	*	-26%	-29%	60%	21%
Grupo6	*	*	*	*	-44%	*
Grupo7	*	*	-34%	-15%	-17%	-1%
Grupo8	*	-51%	*	*	*	*
TOTAL	-29%	-38%	-25%	-30%	-1%	8%

**amostra insuficiente para análise*

Fonte: PED-RMS. Ufba/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

Os trabalhadores formais em geral apresentaram grandes perdas salariais, merecendo destaque os funcionários públicos com 38%.

Tempo de serviço

Os dados parecem confirmar as hipóteses de que o processo de reestruturação produtiva provocou uma grande dispensa dos trabalhadores com menos tempo de serviço, sem contudo reduzir substantivamente um certo núcleo de ocupados com mais experiência. Tanto em grupos ocupacionais que aumentaram sua participação no mercado, como os grupos 1 e 2, como aqueles que declinaram sua parcela da ocupação, há evidências semelhantes de que aumentou a presença daqueles com mais de 10 anos de serviço, conforme a Tabela 49. São os trabalhadores nesta faixa de tempo de serviço os únicos que aumentam sua participação entre os que permaneceram ocupados.

O aumento da proporção dos ocupados com menos de um ano de serviço também revela que há uma certa rotatividade do grupo de gerentes e empresários (grupo 2), com uma redução dos novos entrantes no grupo ocupacional que mais congrega os profissionais técnicos e científicos e que

tinham uma maior estabilidade previa do emprego. Entre os trabalhadores do setor de serviços (grupo 5), a parcela crescente de pessoas com mais de um e menos de cinco anos de serviço pode indicar que um certo grau de experiência é um fator importante na manutenção da relação de trabalho.

Tabela 49 Variação da proporção de ocupados por tempo de serviço em relação a cada grupo

GGCBO	até 1 ano		de 1 - 5		de 5 - 10		Mais de 10	
	96/98	Δ%	96/98	Δ%	96/98	Δ%	96/98	Δ%
Grupo 1	20,8	-11%	30,1	-7%	16,4	-22%	32,8	40%
Grupo 2	19,6	5%	32,7	-2%	18,8	-16%	28,8	13%
Grupo 3	28,5	1%	33	-10%	12,7	-34%	25,9	60%
Grupo 4	41,2	-1%	36,2	2%	12,2	-2%	10,4	0%
Grupo 5	46,1	-6%	32,1	12%	11,1	-6%	10,7	2%
Grupo 6	*	*	*	*	*	*	*	*
Grupo 7	44,6	-4%	27,7	-4%	11,6	-11%	16,1	36%
Grupo 8	*	*	*	*	*	*	*	*
Grupo 9	*	*	*	*	*	*	*	*
TOTAL	37,1	-6%	31,3	0%	12,9	-13%	18,6	29%

*amostra insuficiente para análise

Fonte: PED-RMS. UFBa/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

Do ponto de vista dos rendimentos, confirmando a pouca importância da escolaridade na diferenciação de perdas, também não parecem existir evidências de que o tempo de serviço foi uma variável importante na variação dos rendimentos. Ao contrário, os dados da Tabela 50 indicam que todas as faixas de tempo de serviço apresentaram quedas de rendimentos semelhantes. Entre os grupos, no entanto, há diferenças substantivas. No grupo 1, de profissionais técnicos e científicos, onde aumentaram aqueles com mais tempo de serviço, são eles que tiveram as maiores perdas de rendimentos (-36%), ao passo que os trabalhadores dos serviços (grupo 5) não tiveram perdas e os do comércio, sofreram perdas relativamente menores (-7%). Os trabalhadores da produção industrial com 5 a 10 anos de serviços tiveram uma enorme perda de rendimentos, sugerindo que a reestruturação produtiva na indústria teve importante impacto, não só no número de trabalhadores com um pouco mais de experiência (5 a 10 anos) como, para os que permaneceram houve uma grande queda de rendimentos.

Tabela 50 Crescimento médio dos rendimentos pelo tempo de serviço nos grandes grupos

GGCBO	Até 1 ano	De 1 - 5 anos	De 5 - 10 anos	Mais de 10 anos
Grupo1	-24%	-35%	-21%	-36%
Grupo2	-37%	-23%	-13%	-25%
Grupo3	-34%	-27%	-27%	-36%
Grupo4	-12%	-11%	-20%	-7%
Grupo5	-13%	-9%	-13%	0%
Grupo7	-35%	-36%	-51%	-30%
TOTAL	-23%	-23%	-21%	-21%

Fonte: PED-RMS. Ufba/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

Nota-se também que os recém chegados (menos de 1 ano) nas atividades gerenciais e de dirigentes públicos e privados (grupo 2) tiveram grandes perdas, em relação ao que ganhavam dez anos antes. A pouca experiência não parece ser problema para os rendimentos dos trabalhadores do comércio (grupo 4). Os trabalhadores do grupo 7 tiveram tanto os rendimentos, como a ocupação comprimidos. As perdas salariais destes superou a perda total média, destacando-se os açougueiros e pedreiros que tiveram perdas na ocupação e nos rendimentos.

Tamanho da Empresa

Considerando os dez anos entre as duas pesquisas, pode-se afirmar que houve um aumento da pulverização do número de pequenas empresas na geração de postos de trabalho. Os dados da Tabela 51 mostram que os estabelecimentos com até 100 empregados cresceram como locais de trabalho dos informantes, ao tempo em que os estabelecimentos maiores, com mais de 100 empregados declinaram como fonte de ocupação, especialmente para os trabalhadores dos serviços e da transformação industrial (grupos 5 e 7).

O enorme crescimento de trabalhadores do grupo 7 que trabalham sozinhos pode ser um indicador da transformação que ocorreu nestas ocupações, que passaram de uma situação predominantemente assalariada para relações mais instáveis e caracterizadas pelas atividades de conta-própria. Note-se, também, que o conjunto de trabalhadores sozinhos se mantém estável em relação a 1987-88, em consequência do aumento deste grupo 7 e do aumento

nos profissionais de ocupações técnico e científicas (grupo 1). A queda da parcela de empresários e dirigentes (grupo 2) que também trabalham sozinhos e o aumento relativamente maior da faixa de 1 a 2 empregados reflete o grande crescimento de micro empresas, como forma de absorver o assalariado deslocado do emprego formal.

Na faixa de 1 a 2 empregados destaca-se também o grande crescimento da parcela de ocupados na agricultura e pesca, enquanto os trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados (grupo 3) se concentraram mais fortemente em estabelecimentos de 3 a 10 empregados, compatível com as hipóteses de que a reestruturação produtiva também foi acompanhada de uma movimento de terceirização, especialmente de atividades-meio, dando margem a uma maior expansão de estabelecimentos de menor porte como fornecedores dos maiores, no atendimento destes serviços. Os dados parecem sugerir também que as ocupações diretamente ligadas a atividade-fim do comércio (grupo 4) e aos serviços (grupo 5), vivenciaram um crescimento elevado da concentração em estabelecimentos médios entre 10 e 100 empregados.

Tabela 51 Variação da proporção de ocupados em cada grupo em relação ao tamanho do local de trabalho

GGCBO	nenhum		1 a 2		3 a 10		10 a 100		mais de 100	
	96/98	Δ%	96/98	Δ%	96/98	Δ%	96/98	Δ%	96/98	Δ%
Grupo1	16,9	12%	*	*	8,1	21%	12,9	50%	11,9	-16%
Grupo2	15	-15%	16,3	20%	24,7	-6%	17,9	17%	8,3	-19%
Grupo3	*	*	*	*	10,7	51%	17,5	28%	22,9	-16%
Grupo4	53,2	-11%	8,7	12%	11,4	30%	10,1	49%	6,9	-22%
Grupo5	17,5	-10%	3,4	26%	8,2	24%	8,1	45%	6,4	-33%
Grupo6	70,6	-8%	7,3	59%	6	*	6	*	2,5	*
Grupo7	33,6	47%	5,2	37%	11,7	34%	13,4	21%	15,7	-33%
Grupo8	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Grupo9	*	*	*	*	0,7	*	8	*	1,1	*
Total	24	-1%	5,6	33%	10,7	29%	12,1	36%	11,6	-26%

*amostra insuficiente para análise.

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

No que se refere aos rendimentos, conforme a Tabela 52, os trabalhadores que trabalham sozinhos ou com 1 a 2 empregados conseguiram proteger seus rendimentos médios, obtendo ganhos, especialmente entre os ocupados no

comercio que trabalham sozinhos e os trabalhadores de ocupações dos serviços que trabalham com até dois empregados. Os trabalhadores em ocupações do comércio, concentrados em estabelecimentos com mais de 100 empregados, também conseguiram um certo grau de proteção para seus rendimentos, que tiveram uma queda de apenas 11%, bastante inferior, por exemplo, aos 38% de perdas de rendimento médio dos profissionais de ocupações técnicas e científicas dos estabelecimentos grandes.

Tabela 52 Crescimento médio dos rendimentos pelo tamanho da empresa em que trabalham considerando os grandes grupos

	Nenhum	1 a 2 empregado s	3 a 10 empregado s	até 100 empregado s	mais de 100 empregado s
Grupo1	22	*	26%	-12%	-38%
Grupo2	-10%	-7%	-27%	-17%	-29%
Grupo3	-5%	*	-15%	-21%	-23%
Grupo4	56%	5%	-24%	-38%	-11%
Grupo5	-41%	16%	-11%	-22%	-22%
Grupo7	-18%	-8%	-33%	-25%	-24%
TOTAL	9%	10%	-18%	-13%	-18%

**amostra insuficiente para análise*

Fonte: PED-RMS. UFBa/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

Concluí-se que a redução dos postos de trabalho nos estabelecimentos maiores (mais de 100 empregados) foi compensada pela expansão da ocupação em estabelecimentos médios (10 a 100) e micro (1 a 2), para todos os grupos de ocupações, especialmente para os trabalhadores do comércio e dos serviços, além dos de nível universitário, que aumentaram substancialmente sua ocupação nos estabelecimentos médios.

Setor de Atividade

A análise da dinâmica das ocupações por setor, serve para cruzar as informações dos diversos tipos de trabalho, com as características dos setores onde estes trabalhadores desenvolvem suas atividades. Agregando-se estes setores em grandes ramos como a indústria de transformação, a construção civil, o comércio de mercadorias, os serviços produtivos e os serviços pessoais, verifica-se que somente os serviços cresceram como setores empregadores

nos dez anos entre as duas pesquisas.

Este processo de terciarização da economia impactou sobre quase todos os grupos ocupacionais que ampliaram sua participação nestes setores, tanto nas ocupações com posição declinante, como o grupo 7 dos trabalhadores mais diretamente ligados à transformação industrial, como nos grupos em crescimento, como o grupo 2 de dirigentes e empresários, assim como nos grupos que permaneceram com participação estável no mercado, como o grupo 5 dos trabalhadores dos serviços, como se pode observar na Tabela 53. Esta tendência do aumento da participação dos setores de serviços, especialmente os produtivos como locais de trabalho dos diversos grupos ocupacionais não se manifesta de forma intensa no grupo dos profissionais científicos e técnicos (grupo 1) que mantêm sua participação relativamente estável neste setor, apesar de diminuição dos postos de trabalho na indústria para estes profissionais. Os trabalhadores de ocupações ligadas ao comércio (grupo 4) crescem sua participação no setor industrial, sugerindo uma maior expansão das atividades de vendas diretas deste setor, que declina em geral nas diversas ocupações, mas aumenta a absorção deste tipo de trabalhadores. Isto também se reflete na maior formalização deste tipo de ocupação, com o aumento da proporção de trabalhadores com carteira assinada, como vê se na Tabela 38. Por outro lado, a queda da participação dos trabalhadores administrativos (grupo 3) no setor de comércio de mercadorias revela que nas atividades comerciais, reduz-se a ocupação de trabalhadores administrativos, também indicando uma concentração do emprego nas atividades-fins das instituições, reduzindo-se as atividades-meio.

Tabela 53 Variação na proporção de ocupados por setor de atividade em relação a cada grupo

GGCBO	Indústria de Transformação		Construção Civil		Comércio de Mercadorias		Serviços Produtivos	
	96/97	Δ%	96/97	Δ%	96/97	Δ%	96/97	Δ%
Grupo1	8,1	-16%	*	*	1,9	*	27,9	-1%
Grupo2	9,4	*	*	*	35,5	-11%	29,7	24%
Grupo3	7,7	-22%	*	*	16	-12%	50,9	6%
Grupo4	3,5	21%	*	*	73,5	-2%	9,5	*
Grupo5	2,5	-32%	*	*	3,1	-6%	14,5	16%
Grupo6	2,7	*	*	*	2	*	6,5	*
Grupo7	24,4	5%	19,9	-23%	7,2	-6%	33,6	22%
Grupo8		*	*	*	*	*	100	1%
Grupo9	4,6	*	*	*	1,7	*	59,2	*
Total	9,3	-31%	5,3	-31%	18,2	-7%	27,4	19%

*amostra insuficiente para análise

Fonte: PED-RMS. UFBa/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

Os dados da Tabela 39 permitem que se afirme que não existe uma correlação positiva entre inserção setorial do grupo ocupacional com o movimento de seus rendimentos médios. São nos serviços produtivos e na construção civil onde se observam as maiores perdas de rendimento médio entre os dois períodos das pesquisas analisadas. Do ponto de vista dos grupos ocupacionais, os trabalhadores do comércio (grupo 4), que aumentaram bastante sua participação nos serviços produtivos, apresentaram aí uma perda média de 42% de seus rendimentos.

Tabela 54 Crescimento médio dos rendimentos pelo setor de atividade nos grandes grupos

GGCBO	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio de Mercadorias	Serviços Produtivos	Serviços Pessoais
Grupo1	-36%	*	*	-22%	-11%
Grupo2	*	*	-25%	-32%	-8%
Grupo3	-15%	*	-26%	-27%	-19%
Grupo4	*	*	-19%	-42%	-14%
Grupo5	-38%	*	-28%	-29%	11%
Grupo7	-30%	-30%	-32%	-29%	-42%
Grupo8	*	*	*	-43%	*
TOTAL	-21%	-25%	-16%	-25%	1%

*amostra insuficiente para análise. Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

O grupo 5 de trabalhadores dos serviços, que reduziram sua participação na indústria de transformação, além de perderem os postos de trabalho, tiveram uma redução de 38% de seus rendimentos médios, sugerindo a precarização das atividades de suporte dentro do setor industrial. Por outro lado, os ocupados deste grupo aumentaram seus rendimentos quando trabalhando em serviços pessoais, destacando-se os do subgrupo 5.6 (lavadeiros, tintureiros), juntamente com os trabalhadores do subgrupo 5.7 (trabalhadores de serviços de higiene e embelezamento), que cresceram em 28% e 20%, respectivamente, como se constata na Tabela 55. Estes dados também mostram a perda dos ganhos dos trabalhadores em proteção e segurança (subgrupo 5.8) que perdem 31% de seus rendimentos médios nos serviços produtivos e a relativa estabilidade dos ganhos dos garçons e cozinheiros (subgrupo 5.3) nos serviços pessoais.

Tabela 55 Crescimento médio dos rendimentos por setor de atividade nos subgrupos do grande grupo 5

Subgrupos	Serviços produtivos	Serviços pessoais
5.3	*	-9%
5.5	-23%	-27%
5.6	*	28%
5.7	*	20%
5.8	-31%	-13%
TOTAL	-25%	1%

Fonte: PED-RMS. Ufba/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

*amostra insuficiente para análise

Jornada de Trabalho

O estudo da jornada semanal média de trabalho permite que se observe uma outra dimensão do ajuste do mercado de trabalho, além do nível de emprego e os rendimentos. Houve uma importante mudança institucional, a partir da Constituição de 1988, que definiu uma jornada legal máxima de 44 horas semanais, provavelmente afetando os resultados da pesquisa de 1997/98, mas que não existia na pesquisa de 1987. Os dados da Tabela 56 sugerem este movimento de convergência das jornadas, com a queda dos postos com mais de 44 horas semanais e o aumento da proporção daqueles entre 40 e 44 horas.

Este processo parece que ocorreu de forma mais acentuada entre os trabalhadores dos serviços de turismo e embelezamento (grupo 5), que mais aumentaram os postos de trabalho com esta jornada (42%). Este grupo ocupacional que manteve relativamente estável sua participação no mercado de trabalho como um todo, teve reduzida a participação daqueles com jornadas de tempo parcial, aumentando as jornadas mais longas, inclusive as superiores a 44 horas semanais (4%).

Estas jornadas extensas foram reduzidas para todos os outros grupos ocupacionais, especialmente para os profissionais técnicos e científicos (grupo 1). Os trabalhadores mais diretamente ligados à transformação industrial (grupo 7) que tiveram seus postos de trabalho reduzidos no total do mercado, aumentaram a proporção dos que tinham jornadas de tempo parcial,

reforçando as evidências do aumento da precariedade das relações de trabalho dos que continuam ocupados neste tipo de ocupação.

Para o grupo 3, que congrega os trabalhadores dos serviços administrativos, verifica-se que somente quem trabalha de 40 a 44 horas teve um crescimento na ocupação, sendo observado também um aumento em 60% para quem trabalha mais de 10 anos nestas ocupações e são assalariados sem carteira.

Tabela 56 Variação da proporção de ocupados pela jornada de trabalho em relação a cada grupo

GGCBO	Menos de 40 horas semanais	Entre 40 e 44 horas semanais	Mais de 44 horas semanais
Grupo 1	-1%	*	-11%
Grupo 2	4%	*	-4%
Grupo 3	-2%	34%	-8%
Grupo 4	4%	8%	-5%
Grupo 5	-10%	42%	4%
Grupo 6	1%	*	*
Grupo 7	7%	30%	-8%
Grupo 8	6%	*	*
Grupo 9	*	*	*
Total	2%	24%	-6%

Fonte: PED-RMS. Ufba/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

*amostra insuficiente para análise

Apesar do aumento da ocupação com jornadas entre 40 e 44 horas, são exatamente estes postos os que apresentaram as maiores perdas de rendimentos, quando comparados com outros postos de jornadas distintas, como se observa na Tabela 42. Entre os trabalhadores industriais (grupo 7), que reduziram a participação daqueles que trabalhavam com jornadas acima de 44 horas, a perda dos seus rendimentos médios foi a maior entre os trabalhadores que têm esta jornada (-33%). Os trabalhadores deste grupo ocupacional tiveram sua maior perda (-71%) nos rendimentos dos que trabalhavam jornadas entre 40 e 44 horas semanais, sugerindo que o aumento da proporção dos que trabalham com esta jornada está associado a menores rendimentos, como mais um reforço das evidências da enorme precarização que ocorreu com este grupo de trabalhadores.

Tabela 57 Crescimento médio dos rendimentos pela jornada semanal de trabalho nos grandes grupos

GGCBO	Menos de 40 horas	Entre 40 e 44 horas	Mais de 44 horas
Grupo 1	-17%	*	-6%
Grupo 2	-56%	*	-17%
Grupo 3	-31%	-42%	-27%
Grupo 4	-21%	-21%	-9%
Grupo 5	-3%	-24%	-11%
Grupo 6	-13%	*/	*
Grupo 7	-53%	-71%	-33%
Grupo 8	*	*	*
Grupo 9	*	*	*
TOTAL	-15%	-21%	-19%

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Azevedo, maio 1999

**amostra insuficiente para análise*

Em geral, os postos de trabalho com jornadas superiores a 44 horas apresentaram perdas salariais menores por grupo ocupacional do que nas jornadas menores, com exceção para os trabalhadores de serviços (grupo 5) cuja menor perda ocorre entre os ocupados com tempo parcial. Isto pode ser interpretado como sugerindo que o prolongamento da jornada foi um mecanismo protetor dos rendimentos, que caem menos, apesar de que houve um aumento do número de horas trabalhadas, correspondente a uma queda dos pagamentos por hora de trabalho.

Conclusões

O presente trabalho procurou comparar informações sobre os ocupados em duas conjunturas bastante diversas na Região Metropolitana de Salvador. Apesar das restrições deste tipo de abordagem que enfatiza as mudanças de composição e, ao analisar os resultados de processos complexos, tende a simplificar as causas das mudanças, pode-se concluir que a década de 90 se caracterizou por maiores dificuldades na ocupação e menores rendimentos para muitos.

Não se constataram significativas diferenciações entre características do posto de trabalho como tipo e tamanho da empresa e setor de atividade para explicar

os movimentos declinantes dos rendimentos médios dos trabalhadores. Grau de escolaridade, tempo de serviço e jornada de trabalho também não servem como explicações para as diferenças de ganhos. Também não se constata movimentos inesperados da jornada, confirmando-se, no entanto, a convergência para a jornada entre 40 e 44 horas semanais, resultantes das imposições legais da Constituição de 88, que passou a ter vigência no intervalo entre as duas pesquisas.

Observou-se uma redução dos diferenciais de rendimentos, com uma queda mais do que proporcional dos salários mais altos do que dos mais baixos. A redução da concentração de renda deve-se, portanto, mais ao empobrecimento dos que ganhavam relativamente mais, do que a melhoria de renda dos que ganhavam menos. Como há uma grande associação entre alguns atributos pessoais e estes níveis de renda, as mulheres e negros, que predominam entre os que têm menores rendimentos, perderam menos do que os brancos e homens.

Do ponto de vista social, a pouca mudança da distribuição dos ocupados entre negros e não negros indica que houve pouca alteração das condições de discriminação previamente estabelecidas no mercado da RMS. Aos negros são reservados prioritariamente os postos mais precários e de menores rendimentos, condição que não mudou substancialmente nos últimos dez anos. Em relação as mulheres, no entanto, elas não só substituem os homens em ocupações mais precárias, ganhando menos, como avançam nas ocupações em crescimento, conseguindo ter perdas de rendimento menores do que os homens.

Por outro lado, constata-se o aumento da precarização das relações de trabalho em geral, com o aumento dos postos ocupados por assalariados sem carteira assinada, ao tempo em que declina a participação dos assalariados com carteira e os conta-própria. Também aumenta sobremaneira a participação dos micro-empresários na ocupação total da RMS. Esta precarização também pode ser inferida com a redução da participação dos estabelecimentos com

mais de 100 empregados como local de trabalho e o crescimento dos serviços pessoais como principais empregadores.

Do ponto de vista da composição do mercado por tipo de ocupação, observa-se o aumento da posição relativa das ocupações de posições hierárquicas superiores, redução das ocupações diretamente ligadas à produção, especialmente à transformação industrial e expansão das atividades de serviços como empregadoras de todos os grupos ocupacionais.

Constatou-se também o aumento do grau de escolaridade dos ocupados e o crescimento da parcela com mais de 10 anos de serviço, indicando que os processos de ajustes recaíram de forma distinta sobre os níveis de conhecimento dos trabalhadores, seja aqueles atestados pelos anos de frequência à escola, seja o aprendizado na prática do trabalho que se manifesta nos anos de serviço. Mesmo que os indicadores de qualificação tenham sido importantes no ajuste quantitativos dos ocupados, eles não parecem ter influenciado de forma significativa os ajustes nominais dos rendimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAM K. Estrutural/Frictional Vs. Deficient Demand Unemployment: Some New Evidence. *American Economic Review*, V. 73, N. 4, 1983, p. 708-24.
- AMADEO, E. J E ESTEVÃO, M. *A Teoria Econômica do Desemprego*. SP: Hucitec, 1994. Premio Haralambos Simeonides/ANPEC.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli DE. *Globalização e Educação*. In PRETTO, N. (org.), *Globalização e Educação*. Mercado de trabalho, tecnologia de comunicação, educação à distância e sociedade planetária. Ijuí, RS:UNIJUI, 1999 a. 116p. (Coleção Livros de Bolsa). ISBN 85-7429-062-9
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. (coord.) *Programas de qualidade: mitos e realidades*. Um estudo de caso com empresas da Bahia. Salvador. UFBA/FCE/CME. 1999 b. 120p. (Ensaio Econômicos 2) ISBN 85-87209-02-07
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. *Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho: Impactos na RMS*. Relatório de pesquisa 521023/96-3 ao CNPq, maio 1999.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli DE. Mudanças no Padrão de Ocupações na RMS 1987-1997: Cai a Renda e Aumenta a Precariedade. *Bahia. Análise e Dados*, v. 8, n. 1, março 1999, p. 7-26.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. Trabalho da Criança e do Adolescente: Referências à Decisão Familiar Sobre a Entrada na PEA. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, V. 29 , N. Especial, p. -, Jul. 1998.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. Pequena Reestruturação Produtiva no Turismo e Comércio Varejista na Última Década. *Bahia. Análise e Dados*, Salvador, v. 8, N. 1, p. 105-116, Jun 1998.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli DE e SALES, I. DA COSTA. Contribuições Sobre a Atual Conjuntura. *Cadernos do Nordeste*, Recife, V. 8 , Equip/Fase, p. 43-59, 1998.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. Relações entre Rendimentos e Qualificação: Explorando os Dados da Ped/Rms. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, V. 28 , N. Especial, p. 363-378, Jul. 1997.
- AZEVEDO, J. S. , MENEZES, W. Mudanças no Mercado de Trabalho de Algumas Regiões Metropolitanas: Desemprego e Informalidade. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, V. 14 , N. 1-3 p. 1-12, Dez. 1996.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli. Flexibilização do Mercado de Trabalho: O Brasil Já Fez. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, V. 27, N. 3, p. 449-480, Jul-Set 1996.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli DE (Coord.) et. alli. Programas de Qualidade: Mudanças Esperadas e Efetivas Transformações. Um Estudo de Caso Com Empresas da Bahia. *Relatório Técnico Final* apresentado ao CNPq. Agosto 1996.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. O Debate Sobre a Flexibilização Das Relações de Trabalho Divide a Macroeconomia. *Conjuntura e Planejamento*,

- Salvador, V. 25, p. 12-14, Jun 1996.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli, MENEZES, W.. Dinâmica Econômica e Ajustes no Mercado de Trabalho Japonês. *Economia e Empresa*, São Paulo, V. 3, N. 1, p. 54-73, Jan-Mar, 1996.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. Programas de Qualidade: Mudanças Esperadas e Efetivas Transformações. Um Estudo de Caso com Empresas da Bahia. *Projeto Individual de Pesquisa.CNPq. Renovação de financiamento. Salvador, Fev. 1996.*
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. Flexibilidade do Mercado de Trabalho e Desemprego: a Experiência Européia e Americana. *Bahia. Análise e Dados* Salvador, V. 5, N. 3, p. 9-21, Dez 1995.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli DE E MENEZES, W., Limites e Mudanças nas Especificidades do Mercado de Trabalho Japonês. In: ABET. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO IV, Set 1995, SP. *Anais...* SP, 1995, P: 2...
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. Restruturação Produtiva, Novas Formas de Gestão do Trabalho e Resposta Sindical. In: SEMINÁRIO COM DIRIGENTES DA CUT-BA - SINDIQUIMICA, Salvador, 16/02/95.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. e SOUZA, Frederico. As Novas Tecnologias e o Mundo do Trabalho. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, V. 10, N. 2/3, 1993/1994.
- BACHA, E. E TAYLOR, L. Brazilian Income Distribution In The 1960: "Facts", Model Result And The Controversy. In: TAYLOR, L. et alli., *Models Of Growth And Distribution For Brazil*, 1980.
- BAHIA. SEI. *Bahia 2000*. Salvador. 1999. 382 p.
- BAHIA. SEI. *Síntese Executiva*. Salvador: 1994.
- BALTAR, PAULO EDUARDO DE A. E HENRIQUE, WILNÊS *Emprego e Renda na Crise Contemporânea no Brasil* In OLIVEIRA, C. A. MATTOSO, J. POCHMAN, M. Et alli., 1994.
- BAYOINI, T. , TOWE, C. , MORSINK, J. , OISHI, I., E LEVY, J. Japan: Selected Issues. *IMF Staff Country Report 98/113*, Oct. 1998.
- BEAN, C. R. European Unemployment: A Survey. *Journal of Economic Literature*, v. 32, n. 2, june 1994, p. 572-619.
- BEAN, C. R., LAYARD, P. R. G AND NICKELL, S. The Rise in Unemployment : A Multi country Study. *Economica*, may 1986, suppl. 53, s1-s22.
- BLANCHARD, O. The Wage Spiral. *Quarterly Journal Of Economics*, V. 101, N. 3, Aug. 1986, p. 543-565.
- BLANCHARD, O. J. AND FISHER, S. *Lectures On Macroeconomics*, Mit Press, 1989.
- BLANCHARD, O. J. AND KATZ, L. F. What we Know and do not Know about the Natural Rate of Unemployment. *Journal of Economic Perspectives*, v. 11, n. 1, winter 1997, p. 51-72.
- BLANCHARD, O. J. *Macroeconomics*, Prentice Hall, 1997.
- BLANCHARD, O.J AND SUMMERS, L. F. Hysteresis and the european unemployment problem, *NDER Macroeconomics Annual* 1986.

- BLANCHARD, O.J AND SUMMERS, L. Beyond the natural rate hypothesis. *American Economic Review*, v. 78, n. 2, may 1998, p. 182-187.
- BLANCHFLOWER AND OSWALD Wage Curve, 1994
- BLUESTONE, B. AND HARRISON, B. *The De-Industrialization Of America*. New York: Basic Books, 1982.
- BORGES, A. *Trabalho e Emprego na Bahia: mudanças e desafios no final do século*. In: p. 292-320. BAHIA. SEI, 1999. Bahia 2000, 382 p.
- BOYER, R. New Directions In Management Practices and Work Organization, In: OECD CONFERENCE ON TECHNICAL CHANGE AS A SOCIAL PROCESS: Society, Enterprises And Individual, Helsinki, Dec. 11-13, 1989.
- BRANDÃO, MARCO ANTÔNIO LEITE. Qualidade e O Capital Cultural Simbólico. *RAUSP - Revista de Administração*, São Paulo, V.29, N.2, P.72-76, Abr./Jun. 1994.
- BRANSON, W. H. *Macroeconomic Theory And Policy*. NY: Harper and Row, 1972.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Brasília, 1994
- BRODSKY, MELVIN Labor Market Flexibility: a Changing International Perspective *Monthly Labor Review*, Nov. 1994, p. 53-60.
- BRUNDTLAND COMMISSION. World Comission On Environment And Development. *Our Common Future*, London: Oxford University Press, 1987, Apud LERNER, 1994.
- CAMARGO, J. M. E GIAMBIAGI, F. (ORGS.) *Distribuição de Renda no Brasil*, Rj: Paz e Terra, 1991.
- CAMPOS, José Augusto Saldanha de. *O Planejamento Estratégico e Os Sistemas Gerenciais Para Pequenas Empresas*. Salvador, agosto 1995 Monografia de Graduação, Faculdade de Ciências Econômicas, Ufba, Salvador, 1995.
- CANO, Wilson *Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des) Ordem Internacional*, Campinas, Sp: Ed. Unicamp, 1993.
- CARD, D. E. AND KRUEGER, A. B. *Myth and Measurement: The New Economics of the minimum wage*. Princeton: Princeton University press, 1995.
- CASTELS, M. E AYOAMA, Y. Estrutura Del Empleo En Los Países Del G-7 de 1920 a 1990. *Revista Internacional del Trabajo*, 1994, Vol. 113, No. 1. Apud SALM, 1995
- CASTRO, N. A; GUIMARÃES, A. S. Competitividade, Tecnologia e Gestão Do Trabalho. *A Petroquímica Brasileira Nos Anos 90*.
- CASTRO, Nadya Araújo de (ORG.). *A Máquina e o Equilibrista: Inovações Tecnológicas na Indústria Automobilística*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CHEVALLIER, FRANÇOISE. Os Círculos de Qualidade São Ainda Um Tema Atual? *Revista de Administração de Empresas*. Fundação Getúlio Vargas, V.35, N.4, 1995. P. 8-14.
- CHICK, V. *Macroeconomia após Keynes*. RJ: Forense Universitária, 1993.

- CHINHUI, J. MURPHY, K. AND PIERCE, B. Wage inequality and the rise in returns to skill. *Journal of Political Economy*, v. 101, n. 3, 1993.
- CONTADOR, JOSÉ CELSO. Campos da Competição. *Revista de Administração de Empresas*. Usp, São Paulo, V.30, N.1, P.32-45, Janeiro/Março 1995.
- CONTADOR, JOSÉ CELSO. Recomendações Sobre O Planejamento Estratégico. *Revista de Administração de Empresas*. Fundação Getúlio Vargas, V.35, N.3, 1995. P. 39-48.
- CRAGG, M. I . E EPELBAUN, M. Why Has Wage Dispersion Grown In Mexico? Is The Incidence Of Reforms Or The Growing Demand For Skills?. *Journal Of Development Economics*, V. 51, p. 99-116, 1996.
- CROMPTON, R. GALLIE, D. AND PURCELL, K. *Changing Forms Of Employment. Organizations, Skills And Gender*. London: Routledge, 1996.
- DAHAB, Sônia Sapolnik; SOARES, Fabrício V.; FISCHER, Tânia. Qualidade Total Em Micro e Pequenas Empresas: Experiências Baianas. *Projeto de Pesquisa Apresentado Ao Sebrae Para Elaboração e Publicação de Livro*. Salvador, Nov./1994.
- DESAI, M. The Phillips Curve: A Revisionist Interpretation. *Economica*, Feb 1975, v. 42, n. 165, p. 1-29.
- DIAZ, Á. Crise e Modernização Tecnológica na Industria Metalmeccânica Brasileira. In: NEDER, Ricardo Toledo Et alli.. Op. Cit. P. 28.
- DOBYNS, L. AND CRAWFORD-MASON, C. *Quality Or Else*. The Revolution In World Business. Boston: Houghton Mifflin Co. 1991.
- DORNBUSH, R. AND FISHER, S. *Macroeconomics*, Mcgraw Hill, 1987.
- DRAGO, R. G AND R. PERLMAN (ORG), (1989) *Nuevos Enfoques Microeconomicos En Economia Del Trabajo*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.
- ESKILSON, L. Improving The Odds Of Tqm's Sucess. *Quality Progress*, April, 1995.
- EVANS, M. K. *Macroeconomic Activity*. Theory, Forecasting And Control. Ny: Harper And Row, 1969.
- FALABELLA, G. Micro Eletrônica e Sindicatos: a Experiência Européia In SCHMITZ, H E CARVALHO, R. Q. Op. Cit, 1988.
- FALCONI CAMPOS, V. *TQC - Controle da Qualidade Total* (No Estilo Japonês). Belo Horizonte, Mg: Fundação Christiano Ottoni, Escola de Engenharia da UFMG, 1992. (Rio de Janeiro: Bloch Ed.)
- FAY, R. AND MEDOFF, J. Labor And Output Over The Busines Cycle: Some Direct Evidence. *American Economic Review*, V. 75, N. 4, 1985, p. 638-55.
- FENDT JUNIOR, Roberto. Custos de Transação no Mercado de Trabalho, *Folha de São Paulo*, p. 10, 1 de abril de 1996. Instituto Liberal.
- FERNANDES, R. Contratos Informais de Trabalho: Uma Análise a Partir da Experiência Brasileira. In: ANPEC. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXIV, Dez. 1996, Salvador. P. 42-61

- FIGUEROA, A. La Naturaleza del Mercado Laboral. *El Trimestre Economico*, n. 242, v. 61(2), abr-jun 1994, p. 335-360.
- FILGUEIRAS, LUIZ., MENEZES, ANTONIO WILSON FERREIRA E AZEVEDO, JOSÉ SÉRGIO Gabrielli DE A Evolução Do Mercado de Trabalho da RMS. Salvador: *Conjuntura & Planejamento*, Sei, N. , 1996.
- FISHER, R. E FLEURY, M. *Processo e Relações de Trabalho no Brasil*, Sp: Atlas, 1985.
- FISHLAW, A. *Distribuição de Renda no Brasil - Um Novo Exame. Dados*, N. 11, 1973.
- FISHLAW, A. Brazilian Size Distribution Of Income. *American Economic Review*, Vol. 2, N. 62, 1972.
- FLEURY, A. Organização do Trabalho na Indústria: Recolocando a Questão nos Anos 80. In FISHER, R. E FLEURY, M. Op. Cit. 1985.
- FREEMAN, ????, 1976
- FREEMAN, C AND SOETE, L *Work For All Or Mass Unemployment?* London: Pinter Publishers, 1994.
- FREEMAN, R. Solving the new inequality. Boston Review Capturado em 10/05/1999 Online. Disponível na Internet [<http://bostonreview.mit.edu/BR21.6/freeman.html>].
- FREEMAN, R. The Limits Of Wage Flexibility To Curing Unemployment *Oxford Review Of Economic Policy*, Vol. 11, No. 1, p. 63-72, 1995.
- FRIEDMAN, M. *Inflação e Desemprego: a novidade da dimensão política*. In: Brasil. IPEA. Clássicos da Literatura Econômica. RJ: 1992, 449 p.
- FRIEDMAN, M. *Price Theory*, Chicago: Aldine, 1976.
- FRIEDMAN, M. The Role of Monetary Policy. *American Economic Review*, 1968, v. 58, p. 1-17, reproduzido em TEIGEN, R. L. (ED.) OP. CIT. 1978, p. 365-74.
- FUSCO, José Paulo Alves. Implicações na Estratégia de Operações Em Serviços da Norma Em Serviços da Norma 19000. *Revista de Administração de Empresas*. Fundação Getúlio Vargas, V.35, N.3, 1995. P. 30-38.
- GALBRAITH, J. K. *Created Unequal*. The crisis in american pay. NY: The Free Press, 1998.
- GALBRAITH, J. K. Time to Ditch the NAIRU. *Journal of Economic Perspectives*, v. 11, n. 1, winter 1997, p. 93-108.
- GALENSON, Walter Sindicatos Y Tripartismo: En Busca de Una Nueva Fuerza Trabajo, N. 8, Jun. 1994.
- GAZETA MERCANTIL. Salvador, 23 Julho 1993
- GAZETA MERCANTIL. Salvador, 8 abril 1996
- GILL, Colin Work, *Unemployment And The New Technology*, Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- GLYN, A. The Assessment: Unemployment And Inequality *Oxford Review Of Economic Policy*, 1995, Vol. 11, No. 1 p. 1-25.
- GORDON, D. M. *Theories Of Poverty And Underemployment*. Lexington: D. C. Heath Co., 1972.

- GORDON, R. *Macroeconomics*, 1978
- GORDON, R. The Role of Wages in the Inflation Process. *American Economic Review*, may 1988, v. 78, n. 2, p. 276-283.
- GORDON, R. The Time-Varying NAIRU and its Implication for Economic Policy. *Journal of Economic Perspectives*, v. 11, n. 1, winter 1997, p. 11-32.
- GORDON, R. Why US Wage and Employment Behaviour Differs from that in Britain and Japan. *Economic Journal*, V. 92, N. 365, Mar 1982, p. 13-44.
- GOUILLART, F. J.; NORTON, D. Reengenharia e Transformação - Por Onde Começar? *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, V.35, N.1, P. 6-11, Mar./Abr. 1995.
- GRAZIANO, 1997
- GUAL, J. (ed.) *El reto social de crear empleo*. Cambatiendo el paro en Europa. Barcelona: Ariel, 1996.
- GUIMARÃES, A. S. A. Sindicatos, Corporativismo, Socialismo S.D. (cópia xerox).
- GUIMARÃES, F. DI N.. *Parcerias e Competitividade*: Uma abordagem sob o enfoque tecnológico, com destaque às micros e pequenas empresas de informática. Monografia (Graduação em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas; Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.
- GUIMARÃES, RIBEIRO, 1997
- HALL, R. E. The Importance Of Lifetime Jobs In The Us Economy. *American Economic Review*, V. 72, N. 4, Sep 1982, p. 716-724.
- HALL, R. E. E TAYLOR, J. B *Macroeconomia*, 1986. Editora Campus, 1989.
- HAMMERMESH, D. Wage Bargains, Threshold Effects And The Phillips Curve. *Quarterly Journal Of Economics*, V. 84, Aug 1970, p. 501-17.
- HARMAN, W. Chronic Unemployment: An Emerging Problem Of Post Industrial Society. *Futurist*, 1975, 12(4),. p. 209-214.
- HARRIS, S. *The new Economics*. Keynes' influence on theory and public choice. Knopf, 1947. Traduzido em CAEN. *Leituras Seleccionadas Em Macroeconomia*. Fortaleza: 1976.
- HIGUCHI, Y. Trends in Japanese Labor Markets. In: SAKO, M. AND SATO, H. (ED.), op. cit., 1997, p. 27-52.
- HIMMELSTRAND, U. Implicações Sociais das Mudanças Organizacionais Correlatas nas Nações Industriais Avançadas e na Africa In *Socialismo Do Futuro*, N. 6, 1993.
- HUMPHREY, J.. O Impacto Das Técnicas "Japonesas" de Administração Sobre o Trabalho Industrial no Brasil. In CASTRO, Nadya Araújo de (Org.). Op. Cit., P. 113-143.
- IMF *Staff studies for the World Economic Outlook*. Washington, Dec. 1997.
- IMF. *World Economic Outlook*, Washington, nov 1998.
- ISHIKAWA, K.. *Introduction to Quality Control*. Tokyo, 3a Corporation, 1989.
- JONES, B. The Social Constitution Of Labour Markets. Why Skills Cannot

- Be Commodities. In: CROMPTON, GALLIE E PURCELL, op. cit. 1996, p. 109-132, 1996.
- JUSE *TQC Seminar For Brazil Top Management*, Tokyo, September 1993.
- KAGAMI, M. Estratégias Para Competitividade na Produção: O Enfoque Do Leste Asiático. *Revista de Administração de Empresas*. Vol.33 Número 5 Set./Out. de 1993
- KATZ, L. AND KRUEGER, A. The Effect Of The Minimum Wage On The Fast-Food Industry *Industrial And Labor Relations Review*, 46(1), 1992, p. 6-21.
- KEITH JR., R.B. MIS+TQM=Quis. *Quality Progress*. April 1994.
- KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest, and Money*, 1936, A Harbinger book, Harcourt. 1964.
- KIBLER, L. As conseqüências do trabalho em grupo sobre o desenvolvimento das relações sociais no funcionamento da empresa: Comparação Franco-Alemã na Indústria Automobilística. In: ABET. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO. IV SP, Set 1995, *Anais...*
- KREISKY COMMISSION A Programme For Full Employment In The 1990s. *Report Of The Commission On Employment Issues In Europe*. Oxford: Pergamon Press, 1989, Apud BRODSKY, 1994.
- KRUGMAN, P. *Internacionalismo Pop*, 1997.
- LABINI, P. SYLOS. *Nuevas tecnologías y desempleo*. Mexico: Fundo de Cultura Econômica, 1993.
- LANGONI, C. G. A Distribuição de Renda no Brasil: Resumo da Evidência. *Dados*, N. 11, 1973b.
- LANGONI, C. G. *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rj. Ed. Expressão e Cultura, 1973a.
- LAYARD, R., La prevención del paro de larga duración: Un analisis economico. In : GUAL, J. 1997, p. 79-90.
- LEAL, C. I. S. E WERLANG, S. R. DA C. Educação e Distribuição de Renda, In CAMARGO, J. M. E GIAMBIAGI, F. (ORGS.), 1991, Op. Cit.
- LEAMER, E. E. Wage Inequality From International Competition And Technological Change: Theory And Country Experience. *American Economic Review*, V. 86, N. 2, p. 309-314, May 1996.
- LEESON, R. Does the Expectations Trap Render the Natural-Rate Model Invalid in the Disinflationary Zone? *Cambridge Journal of Economics*, 1997a, v. 21, p. 95-101.
- LEESON, R. The trade-off Interpretation of Phillips's Dynamic Stabilization Exercise. *Economica*, 1997b, v. 64, p. 155-71.
- LEITE, E. M. Do Operário Padrão Ao "Polivalente": Novas Fronteiras da Qualificação Do Trabalhador Industrial? *Estudos Econômicos*, V. 22. N. Especial, 1992.
- LEITE, M. DE P. Restruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Novas Formas de Gestão da Mão de Obra In OLIVEIRA, A. et alli.. Op. Cit. p. 563-587.

- LEITE, M. DE P. Restruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Novas Formas de Gestão da Mão de Obra In: OLIVEIRA, C. A. MATTOSO, J. POCHMAN, M. et alli.. Op. Cit. p. 563-587.
- LEITE, M. DE P. *O Futuro Do Trabalho*. Novas Tecnologias e Subjetividade Operária. São Paulo: Scritta, 1994.
- LEMO, M. B. Organização Agro-Industrial, Entrada Em Tecnologia e Liderança de Mercados: O Caso Brasileiro p. 69-105. In: PHILIP, Bastiaan; RAMOS, Pedro (Org.), 1995, p.69-105..
- LERNER, S. The Future Of Work In North America: Good Jobs, Bad Jobs, Beyond Jobs *Futures*, March 1994, Canada.
- LINDAUER, J (ED.) *Macroeconomic Readings*. Free Press, 1969.
- LIPSEY, R. G. The Relation Between Unemployment And The Rate Of Change Of Money Wage Rates In The United Kingdom, 1862-1957: a Further Analysis. *Economica*, Feb 1960, V. 27, p. 1-31.
- LOPES, V. C. R. *Diferenciações de Rendimentos na Região Metropolitana de Salvador*: Explorações Com Os Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego. Dissertação de Mestrado. FCE/Ufba, Salvador, 1994.
- MANKIW, N. *Macroeconomia*. 1992. Rj: Ltc, 1995
- MASLOW, A. H. *Motivation And Personality* (Segunda Edição). New York: Harper & Row Publishers, 1970. Apud FALCONI, 1992.
- MCCRACKEN, P ET. AL. Towards Full Employment And Price Stability, Paris:Oecd, 1977, Apud BRODSKY, 1994.
- MEDEIROS, C. A E SALM, C. O Mercado de Trabalho Em Debate. *Novos Estudos Cebrap*, No. 39, Julho 1994, p.49-65.
- MEDOFF, J. Layoffs And Alternatives Under Trade Unions In US Manufacturing. *American Economic Review*, V. 69, N. 3, June 1979, p. 380-395.
- MILES, Ian, RUSH, H. E FERRAZ, J. C Tendências e Implicações Do Uso de Inovações Modernizantes no Brasil *Nova Economia*, V. 2, N. 2, Nov. 1991, p.77-90. Apud FREEMAN, R. , op. cit. 1995
- MISHEL, L. AND BERNSTEIN, J. *The State Of Working America 1994-1995*, Armonk, Ny: M. E. Sharpe, 1994. Apud Freeman, R, op. cit, 1995.
- MIYAUCHI, I. *General Concept Of TQC*. IN: JUSE TQC SEMINAR FOR BRAZIL TOP MANAGEMENT. Japanese Union of Scientists and Engineers (Juse), Tokyo, September, 1993.
- MODIGLIANI, F. Liquidity Preference and the Theory of Interest and Money. *Econometrica*, 12, 1944.
- MOTTA, Ricardo. A Busca da Competitividade Nas Empresas. *Revista de Administração de Empresas*. Fundação Getúlio Vargas V. 02 N° 3 Mai/Jun. de 1995. p. 12-16.
- MUNDELL , R. C. Price and Wage flexibility. In: SHAPIRO, E. *Macroeconomia*. Leituras Seleccionadas. SP: Atlas, 1985.
- NEDER, R. Toledo et alli.. *Automação e Movimento Sindical no Brasil*, Sp: Hucitec, 1988.
- NEDER, R. T. Sindicatos e Novas Tecnologias no Brasil In: NEDER,

- RICARDO TOLEDO et alli.. Op. Cit., 1988.
- NERI, M. Salário mínimo de maio de 1995 In: ABET. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO. IV SP, Set 1995, Anais., V, RJ, Set97, CD-ROM..
- NICKELL, S. E BELL, B. Changes in the Distribution of Wages and Unemployment in Oecd Countries. *American Economic Review*, V. 86, N. 2, p. 302-308, May 1996.
- NORONHA, E. G. *Greves e Estratégias Sindicais no Brasil* In OLIVEIRA, A. et alli.. Op. Cit. p.323-357.
- OECD, *Jobs Study: Evidence And Explanations*, Paris, 1995.
- OECD. *Employment Outlook*, june 1998.
- OETJEN, H. O Futuro Do Trabalho e a Política Sindical. *Socialismo Do Futuro*, N. 6, 1993.
- OFFE, C. *Capitalismo Desorganizado*, Brasiliense, 1989.
- OI, W. Y. Labor as quasi-fixed factor. *Journal of Political Economy*, v. 70, n. 6, dec 1962, p. 538-55.
- OKUN, A. *The Political Economy of Prosperity*. NY-USA, W.W. Norton, 1970.
- OLIVEIRA, C. A. MATTOSO, J. POCHMAN, M. et alli.. *O Mundo do trabalho*, Sp: Scritta, 1994.
- OLIVEIRA, Daniela Costa de. *A Telebahia e a Qualidade Total*. Análise Das Mudanças Observadas no Padrão de Desempenho no Período de 1989 a 1994. Monografia de Graduação, Fce/Ufba. Salvador, Julho/1995.
- OLIVEIRA, M. A. *Avanços e Limites Do Sindicalismo Brasileiro Recente* In OLIVEIRA, A. et alli.. Op. Cit. 1994 p. 497-518.
- OREIRO, J. L. Flexibilidade Salarial, equilíbrio com desemprego e desemprego de desequilíbrio. *Revista Brasileira de Economia*, v. 51, n. 3, jul-set 1997.
- ORMEROD, Paul. *The Death Of Economics*, London: Faber And Faber, 1995.
- PASINETTI. *Growth and Income Distribution*. Essays in Economic Theory. CUP, 1974.
- PATINKIN, D. Price Flexibility and Full Employment, 1951. In: LINDAUER, J. 1969, p. 120-136.
- PERROT, A. *Les Nouvelles Théories du Marché du Travail*. Paris: La Decouverte, 1992.
- PHILIP, B. ; RAMOS, P. (ORG.) *Agropecuária e Agroindústria no Brasil: Ajuste Situação Atual e Perspectivas*. Campinas: Abra, 1995.
- PHILLIPS, A. W. The Relationship Between Unemployment And The Rate Of Change of Money Wages In The United Kingdom, 1861- 1957. *Economica*, 25, Nov. 1958, pp: 283-299. In: LINDAUER, J. (ED.) op. cit., 1969, p. 107-119.
- PIRES, E. L. *Metamorfoses e Regulação: O Mercado de Trabalho no Brasil Dos Anos 80*. Tese de Doutorado, Departamento de Filosofia, Fflch-Usp, 1995.

- POCHMAN, M. *Políticas Do Trabalho e de Garantia de Renda no Capitalismo Em Mudança: Um Estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o Segundo Pós-Guerra aos Dias de Hoje*. Sp. Editora Ltr, 1995.
- PORTER, M. E. *Estratégia Competitiva- Técnicas Para Análise de Indústrias e da Concorrência*; Tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga, 7ª Edição, Rio de Janeiro, Campos, 1991.
- PORTUGAL, M., S. E MADALAZZO, R. C. *Um modelo de NAIRU para o Brasil*. In: ANPEC. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXVI, Vitória, Es, 1998. *Anais...* CD-Rom.
- PRICE WATERHOUSE Indicadores de Qualidade e Produtividade, *IV Sondagem*, 1994.
- PRICE WATERHOUSE Indicadores de Qualidade e Produtividade, *V Sondagem*, 1995.
- RAMOS, C. A. Flexibilidade e mercado de trabalho. Texto para Discussão. IPEA, n. 271, ago. 1993.
- RAMOS, L. E REIS, J. G. ALMEIDA Emprego no Brasil Nos Anos 90. *Texto Para Discussão Ipea*, No. 468, Rj, Março de 1997.
- REBITZER, J. M. Salários de Eficiência y Contratos Implícitos: Una Evaluación Institucional, (1989), In: DRAGO, R. G AND R. PERLMAN (ORG), 1992, p. 32-63.
- REGO, J. M. (Org) *Inflação Inercial, Teorias Sobre Inflação e O Plano Cruzado*. Ed. Paz e Terra, 1986, 328 p..
- REICH, R. *The Work Of Nations*, New York: Vintage, 1992 Apud MEDEIROS E SALM, 1994.
- ROGERSON, R. Theory ahead of Language in the Economics of Unemployment. *Journal of Economic Perspectives*, v. 11, n. 1, winter 1997, p. 73-92.
- ROSEN, S. Implicit Contracts: a Survey. *Journal of Economic Literature*, V. 23, Sep 1985, p. 1144-1175.
- ROWTHORN, R. AND RAMASWAMY, R. Deindustrialization: Causes and Implications. In: IMF, 1997, p. 61-77.
- SABOIA, João. *Mercado de Trabalho no Brasil. Evolução e Tendências Recentes*. In: ABET. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO. IV, SP, 1995. *Anais...*
- SACHS, J. E LARRAIN, F. *Macroeconomia*, Sp: Makron Books, 1995.
- SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram Em Cena: Experiências, Falas e Lutas Dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*, Paz e Terra, 1988.
- SAKO, M. AND SATO, H. (ED.) *Japanese Labour and Management in Transition*. Diversity, Flexibility and Participation. London: Routledge, 1997.
- SALM, C. *Tendências Do Mercado de Trabalho* In : ABET. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO. IV, SP, 1995. *Anais...*
- SAMUELSON, P. A. AND SOLOW, R. Analytical Aspects Of Anti-Inflation Policy. *American Economic Review*, V. 50, N. 2, May 1960, p. 177-194. In:

- LINDAUER, J. (ED.), op. cit. 1969, p. 233-243.
- SAMUELSON, P.A. *Foundations of Economics Analysis*, (1947). NY. Atheneum, 1974.
- SARGENT E LJUN QUIST, The European Unemployment Dilemma. *Journal of Political Economy*, v.106, n.3, 1998, p. 514-550.
- SARGENT, T. The End of Four Big Inflation, 1982, Publicado no Brasil In: Rego, J. M. (org), op. cit. 1986, p. 235-300.
- SCHMITZ, H E CARVALHO, RUY Q. *Automação, Competitividade e Trabalho: a Experiência Internacional*, Sp: Hucitec, 1988
- SCHUMPETER, JOSEPH ALOIS. *Teoria Do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e Ciclo Econômico*. (1934) 3 Ed. São Paulo: Nova Cultulra, 1988.
- SEBRAE - *Indicadores de Competitividade Para Micro e Pequenas Empresas de Serviços no Brasil*. Brasília, Ed. Sebrae, 1995b.
- SEBRAE - *Indicadores de Competitividade Para Micro e Pequenas Empresas de Comércio no Brasil*. Brasília, Ed. Sebrae, 1995a.
- SEIKE, ATSUSHI Ageing Worker in SAKO, M AND SATO, H. (EDS.), 1997, p. 151-167.
- SELIGMAN-SILVA, E. *O Desemprego Prolongado Em Suas Articulações Às Novas Exigências Do Mercado de Trabalho*, In: ABET. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO. IV, SP, 1995. Anais...
- SHAPIRO, C AND STIGLITZ, J. Equilibrium Unemployment as Workers Discipline Device. *American Economic Review*, v. 74, june 1984, p. 433-44.
- SILVA, ELIZABETH B. Pós Fordismo no Brasil *Revista de Economia Política*, Vol. 14, N. (53) Jul-Set 1994.
- SILVA, ELIZABETH B. *Refazendo a Fabrica Fordista*, Hucitec, 1991.
- SIMONSEN, M. H. *Dinâmica Macroeconômica*. Sp: Mcgraw Hill Do Brasil, 1983.
- SINGER, P. A Falácia Do Internacionalismo Pop. *Teoria e Debate*, V. 10, N. 34, p. 63-67, Mar/Mai 1997.
- SLAUGHTER, M.J, AND SWAGEL, P. The effect of globalization on wages in advanced economies, In: IMF, 1997, p. 78-93.
- SNOWER, D. J. Evaluating unemployment policiaes: what do the underlying theories tell us? In. SNOWER, D. J AND DE LA DEHESA, G. (EDS.) 1997, p. 15-53.
- SNOWER, D. J. and DE LA DEHESA, G. (EDS.) *Unemployment Policy*. Government options for the labor market. CEPR, UK: CUP, 1997.
- SOLOW, R. On Theories of Unemployment. *American Economic Review*, v. 70, n. 1, march 1980, p. 1-11.
- SOLOW, R. ??? (1986)
- SOLOW, R. Down The Phillips Curve With Gun And Camera. 1976. In: TEIGEN, R. (ED.), Op. Cit. 1978, p. 146- 157.
- SROUR, ROBERT HENRY. Formas de Gestão: O Desafio da Mudança. *Revista de Administração de Empresas*, V.34, N.4, P. 31-45. São Paulo,